

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

Produtos de gestão no formato de dois artigos:

- 1. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um
direito social**
- 2. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA
ESTUDANTIL NA BAHIA**

Mariana Carlos de Andrade Lyra

Produtos de gestão no formato de dois artigos:

- 1. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um direito social**
- 2. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA BAHIA**

**Mariana Carlos de Andrade Lyra
Graduada em Serviço Social
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.**

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

FICHA CATALOGRÁFICA

L992p

Lyra, Mariana Carlos de Andrade.

Produtos de gestão no formato de dois artigos: 1. Acesso à educação superior no Brasil: um direito social; 2. Acesso ao ensino superior e permanência estudantil na Bahia / Mariana Carlos de Andrade Lyra._ Cruz das Almas, BA, 2020. 81f.; il.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Trabalho apresentado, sob a forma de dois artigos, como Requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Políticas Públicas e Segurança Social.

1. Educação Superior. 2. Política Social. 3. Políticas Públicas. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrária, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 378

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

Produtos de gestão no formato de dois artigos:

- 1. ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um direito social**
- 2. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA BAHIA**

Comissão Examinadora da Defesa de
Mariana Carlos de Andrade Lyra

Aprovada em: 31 de agosto de 2020

Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora

Prof. Dr. Neilton da Silva
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinador Interno

Profa. Dra. Fabiana de Souza Costa
Universidade Federal do Sul da Bahia
Examinadora Externa

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. PRIMEIRO ARTIGO	11
2.1 INTRODUÇÃO.....	12
2.2 DIREITO SOCIAL, CIDADANIA E POLÍTICA PÚBLICA.....	13
2.3 PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	18
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
2.5 REFERÊNCIAS	28
3. SEGUNDO ARTIGO	32
3.1 INTRODUÇÃO.....	34
3.2 ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NA BAHIA.....	35
3.3 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BAIANAS.....	44
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
3.5 REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE I – Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os participantes da pesquisa	59
APÊNDICE II – Questionário Perfil discente.....	61
APÊNDICE III – Instrumento de coleta de dados Universidades Federais do Brasil.....	69
APÊNDICE IV – Instrumento de coleta de dados Sinopses Estatísticas INEP ..	70
APÊNDICE V– Instrumento de coleta de dados PNAES/Universidade.....	74
APÊNDICE VI – Instrumento para levantamento de revistas para publicação ..	75
ANEXO I – Processo de cadastro na Plataforma Brasil	76
ANEXO II – Folha de rosto submetida à Plataforma Brasil	77
ANEXO III – Artigo Publicado nos anais do Seminário GEPRÁXIS 2019	78
ANEXO IV – Artigo Publicado no Brazilian Journal of Development	79
ANEXO V – Carta de Aprovação artigo ALAS 2019	80
ANEXO VI – Submissão de artigo à Revista Eletrônica de Educação.....	81
ANEXO VII – Submissão de artigo à Revista Educação em Questão	82

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (Mestrado Profissional). Foi desenvolvido no formato de dois artigos científicos – frutos das inquietações da pesquisa desenvolvida no transcurso do programa, a qual relaciona-se a três eixos centrais: a expansão, acesso e permanência estudantil no Brasil com o recorte para o estado da Bahia.

Entre caminhos, descaminhos e recomeços, o foco analítico transformou-se; no entanto, as direções que culminam nesse trabalho foram preservadas: analisar o ensino superior e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal horizonte esteve sempre presente em razão da própria natureza do programa enquanto mestrado profissional e a vinculação da pesquisadora à área, enquanto Técnica Administrativa em Educação (TAE) / Assistente Social, exercendo suas atividades diretamente na execução do PNAES em uma universidade federal baiana.

Reconhecendo a importância de entendermos os resultados em uma perspectiva processual, na qual se considera o dinamismo da realidade para a pesquisa, os tropeços que por vezes pareceram descompassos ao fim são relevantes de serem salientados nessa apresentação. O início da trajetória tinha como proposta preliminar desvelar as percepções dos discentes beneficiários acerca do Programa de Apoio à Permanência estudantil da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). No processo de realização dos componentes curriculares do Programa de Pós-graduação, um novo olhar surgiu: analisar as formas de gestão do PNAES na UFSB. No entanto, a partir da orientação acadêmica, do aprofundamento no arcabouço teórico e das inquietações do cotidiano nas atividades laborais, uma premissa parecia fundamental: “é preciso conhecer para permanecer”.

Seguindo essa trilha com a certeza das possibilidades de novos caminhos que poderiam ser revelados, estruturamos uma pesquisa intitulada *Observatório do perfil estudantil da Universidade Federal do Sul da Bahia*. O projeto objetivava apresentar o perfil dos estudantes dos cursos de graduação da UFSB através da

aplicação de 2.947 questionários (APÊNDICES I e II) e tinha como produto a elaboração de um banco de dados com as informações sistematizadas e um encarte infográfico com os principais elementos desse perfil. Conforme as determinações do Conselho Nacional de Saúde - CNS (Resolução 466/2012) para pesquisa com seres humanos e orientações da Plataforma Brasil, iniciou-se o processo de cadastramento do trabalho (ANEXO I) para sua execução com a aprovação do colegiado do mestrado, consoante a Folha de Rosto anexada na Plataforma (ANEXO II).

A anuência para realização da pesquisa na UFSB foi solicitada através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação; entretanto, a permissão não fora concedida, interrompendo a execução do projeto. Apesar do percalço, o compromisso da pesquisadora com o objeto e o entendimento de sua relevância para a realidade redirecionaram o *lócus* do trabalho para outra universidade federal. A escolha da UFRB considerou a vinculação do Programa de Pós-graduação e a possibilidade de contribuição para a análise de microdados institucionais referentes ao perfil estudantil. Em meio a uma transição administrativa na instituição, foi estabelecido contato com a Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), responsável pela gestão desses dados, mas nenhuma resposta foi obtida. Diante disso, iniciamos a coleta de dados com o instrumento apresentado no Apêndice III com a finalidade de realizar um mapeamento territorial de toda rede federal de ensino superior no Brasil, para discutir a expansão das universidades no país.

Entre os descaminhos que perpassam *instituições, prorrogações, permissões* e as mais diversas *questões* cotidianas, novos contextos exigiram recomeços. Em meio a pandemia do COVID-19, inviabilidade de trabalho em campo e de outras rotinas, caminhos alternativos foram traçados. Por todo processo e conjuntura, a proposta de construção de dois artigos foi desafiadora. Ao mesmo tempo, possibilitou a conjunção dos eixos (expansão, acesso e permanência) para além da realidade profissional, em sentido ampliado que instigou proposições, questionamentos e sugestões no âmbito da própria atuação.

A nova rota orientou o redesenho metodológico da pesquisa, apontando as trilhas demarcadas que, enfim, levaram a finalização do trajeto. Como percurso, para os dois trabalhos, a fundamentação e discussão teórica foi feita a partir das reflexões propiciadas pela pesquisa bibliográfica em livros, banco de dissertações e

teses, além da biblioteca eletrônica da Scielo® com termos de referência como: ensino superior, expansão do acesso e democratização do ensino superior, universidades federais, assistência estudantil, perfil universitário, Programa Nacional de Assistência Estudantil e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A seleção dos materiais considerou aspectos como ano de publicação e relevância no arcabouço existente (recorrência de citação em outras produções). Como os dois artigos possuem temáticas transversais, algumas referências estão presentes em ambos.

O primeiro artigo intitula-se: ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um direito social. Nele, a discussão norteia-se pelo entendimento da educação enquanto exercício da cidadania e do acesso ao ensino superior enquanto direito social. Nesse escopo, três dimensões são fulcrais: a do direito social, da cidadania e da política pública. Em perspectiva teórica, argumenta com as contribuições dos autores da literatura e apresenta um panorama desse nível de ensino no país através dos dados das notas estatísticas do último censo disponível, realizado pelo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Na metáfora da maré, faz exposições acerca da relevância do setor público para a democratização do ensino superior e a urgência de articulação das estratégias para a permanência dos novos sujeitos no ambiente universitário.

Dialogando com as reflexões propostas pelo primeiro, o segundo artigo tem como objetivo analisar o PNAES nas Universidades Federais baianas a partir dos serviços e benefícios ofertados por essas instituições. Em ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA BAHIA, as particularidades históricas do estado para esse nível de ensino são pontuadas, enfatizando a expansão do acesso às universidades federais do território como resultado do Reuni. Para entender essa expansão, a realização de uma pesquisa com viés documental foi basilar. Como principais fontes estão: as Sinopses Estatística da Educação Superior dos censos realizados pelo INEP dos últimos dez anos, tendo como referência o último ano com dados publicados, 2018. A produção de quadros com os dados foi realizada através de instrumentos de coleta, como o Apêndice IV.

Outras fontes foram o relatório do 3º ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024 e o da pesquisa feita pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace em 2018 que apresentou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de

graduação presencial daquele ano. Com os dados do Fonaprace foi produzida uma figura infográfica através da plataforma online de design gráfico Canva®, resumindo algumas informações daquela pesquisa.

A análise do PNAES – bem como apresentação das universidades federais do estado – foi feita através dos sites oficiais das quatro instituições. Nos portais, o objetivo foi buscar os elementos destacados no Apêndice V. Em caso de ausência na navegação pelo portal, ainda se pesquisou por termos específicos no serviço Google Busca®, como: “auxílio saúde na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – (Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis) PROPAAE”; “programa de permanência estudantil da Universidade Federal da Bahia, nome”; “estudantes com deficiência, auxílio/serviço PROPAAE”. O instrumento possibilitou a sistematização dos benefícios e serviços em um quadro para melhor compreensão do programa em cada universidade. A análise crítica foi feita com as reflexões oriundas da pesquisa bibliográfica.

O trabalho final em formato de artigos permitiu o planejamento para a submissão dos mesmos em periódicos acadêmicos. Para esta finalidade, foi utilizado o Apêndice VI como ferramenta para organização e levantamento de revistas que coadunassem com as proposições e áreas temáticas dos trabalhos. Como resultado parcial, caminhos anteriores e ainda no percurso de apropriações teóricas, cabe destacar também a produção do artigo A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, apresentado no VII Seminário Nacional e III Seminário Internacional de Políticas públicas, Gestão e Práxis Educacional, realizado em maio de 2019 na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) em Vitória da Conquista – BA, publicado posteriormente nos anais do evento (ANEXO III). Esse artigo foi publicado em agosto do corrente ano no Brazilian Journal of Development (ANEXO IV)

Nesse mesmo sentido, participou-se também do XXXII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia – ALAS em dezembro de 2019 apresentando o artigo PRIMEIROS PASSOS PARA NOVOS OLHARES: ANÁLISE SOCIOLÓGICA INTRODUTÓRIA ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, com a participação do professor Silvio Cesar Oliveira Benevides também como coautor (ANEXO V).

Este trabalho demarca as possibilidades que outros rumos trazem diante da realidade dinâmica e imprevisível. Como produto final, os dois artigos são suas

linhas de chegada e, ao mesmo tempo, apontam para novas direções. Como possíveis destinos, foram realizadas submissões em periódicos online: o primeiro – ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um direito social – foi submetido à *Revista Eletrônica de Educação* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (ANEXO VI); foi aceito para publicação em setembro de 2020. Já o segundo – ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA BAHIA – está em análise na *Revista Educação em Questão* do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ANEXO VII). Por esta razão, os resultados dessa pesquisa estão aqui anexados em formatação condizente com as regras /template de cada um deles.

Entre passos, descompassos, ventos e marés, no fim, os descaminhos fizeram os caminhos para chegar até aqui.

2. PRIMEIRO ARTIGO



Artigo

Acesso à educação superior no Brasil: um direito social

Access to higher education in Brazil: a social law

Autor 1¹, Autor 2²

Instituição (sigla da instituição), Cidade-Estado abreviado, País

Resumo

A discussão aqui proposta perpassa pelo entendimento da educação enquanto exercício da cidadania e do acesso ao ensino superior não como privilégio, mas sim enquanto direito. Nesse escopo, este artigo tem como ponto fulcral discutir o ensino superior no Brasil a partir de três eixos: do direito social, da cidadania e da política pública. Para tal, constrói sua argumentação inicial em perspectiva histórica, apresentando os conceitos com a colaboração teórica de autores como Coutinho (1999), Ianni (1990), Marshall (1967), Sevckenko (1998), Secchi (2013), Pereira (2008; 2013) e Iamamoto (2013). O texto explana sucintamente sobre a estruturação histórica do ensino superior no Brasil baseando-se nas discussões de Soares (2002) e Neves e Martins (2016); além disso, traça também os descompassos do panorama atual com os dados fornecidos pelo último Censo da Educação Superior (2018) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dialogando com as contribuições analíticas de De Paula (2017) e Costa (2012). Dessa forma, os resultados obtidos referem-se à realização de uma pesquisa bibliográfica acerca da temática nas bases de publicações científicas disponíveis, livros e fontes documentais como relatórios, legislações e censos. Na metáfora da maré, traz considerações acerca da relevância do setor público para a democratização do ensino superior e a urgência de articulação das estratégias para a permanência dos novos sujeitos no ambiente universitário.

Abstract

The discussion proposed here involves understanding education as an exercise of citizenship and access to higher education not as a privilege, but as a right. Within this scope, this article focuses on discussing higher education in Brazil from three axes: social law, citizenship and public policy. To this end, he builds his initial argument from a historical perspective, presenting the concepts with the theoretical collaboration of authors such as Coutinho (1999), Ianni (1990), Marshall (1967), Sevckenko (1998), Secchi (2013), Pereira (2008; 2013) and Iamamoto (2013). The text briefly explains the historical structure of higher education in Brazil based on the discussions of Soares (2002) and Neves and Martins (2016); in addition, it also traces the mismatches of the current panorama with the data provided by the last Census of Higher Education

1

2

(2018) of the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP), dialoguing with the analytical contributions of De Paula (2017) and Costa (2012). Thus, the results obtained refer to the realization of a bibliographic research on the subject in the bases of available scientific publications, books and documentary sources such as reports, legislation and censuses. In the metaphor of the tide, it brings considerations about the relevance of the public sector for the democratization of higher education and the urgency of articulating strategies for the permanence of new subjects in the university environment.

Palavras-chave: Ensino superior, Cidadania, Política pública.

Keywords: University education, Citizenship, Public policy.

Introdução

Fruto de pesquisas realizadas no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, este trabalho objetiva reafirmar o acesso à educação superior enquanto direito social no contexto brasileiro. Para isso, em um primeiro momento, a educação superior é apresentada no bojo de três eixos analíticos centrais: o direito social, a cidadania e a política pública. Nesse sentido, são feitas reflexões acerca da estruturação do estado democrático de direito no Brasil a partir da perspectiva histórica, demarcando as especificidades da sociabilidade brasileira e suas desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista.

Aborda-se conceitualmente a questão social e o deslocamento das necessidades coletivas para o âmbito do Estado, com a legitimação dos direitos conquistados pelas lutas de classes e a importância das políticas públicas para o atendimento das demandas da sociedade. Destarte, a discussão perpassa pelo entendimento da educação enquanto exercício da cidadania e do acesso ao ensino superior não como privilégio, mas sim na perspectiva dos direitos. É nesse sentido, que traçamos um panorama de sua atual estrutura na segunda seção do artigo.

Assim como no primeiro viés argumentativo, os antecedentes históricos são relevantes também quando abordamos a formação da rede de ensino superior no país e o direcionamento traçado pelas diretrizes das políticas educacionais ao longo das décadas, em razão dos contextos políticos, sociais e econômicos. Sob as “ondas” da educação superior como mercadoria e, ao mesmo tempo, direito social, apresentamos aquelas que consideramos as principais estratégias operacionalizadas para a democratização do seu acesso nos últimos anos, seja na rede privada ou pública, a saber: ProUni, REUNI, Fies, PNAES, Sisu, ENEM e política de ações afirmativas.

O cenário atual das instituições, vagas, modalidades de ensino, matrículas e concluintes dos cursos de graduação no Brasil é delineado a partir dos dados quantitativos fornecidos pelo último Censo da Educação Superior, do ano de 2018, importante investigação publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP). As reflexões propostas caminham para ratificar a necessidade de articulação das quatro dimensões da democratização (DE PAULA, 2017), indicando a importância das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e os descompassos desse processo.

À guisa de conclusões, em marés de incertezas da realidade, as considerações que finalizam este artigo conduzem à relevância do setor público, não apenas na oferta de serviços, mas também para a distribuição da riqueza socialmente produzida às classes subalternizadas na história. Ao mesmo tempo, apontamos para a urgência de articulação das diretrizes que garantam não somente o acesso ao ensino superior enquanto direito de cidadania, mas principalmente a concretização do percurso com a permanência de novos sujeitos no ambiente universitário.

2. Direito Social, Cidadania e Política Pública

A relação entre direito social, cidadania e política pública pode parecer, em um primeiro momento, inequívoca para a dedicação de linhas em sua problematização. No entanto, a relevância está, justamente, em reafirmar esse vínculo no contexto brasileiro e para uma política pública específica. Nossa proposta é de, então, reiterar o acesso ao ensino superior enquanto exercício de um direito e não como benesse ou privilégio frente às sucessivas tentativas de desmonte desse sistema público de ensino e da mercantilização intensa dos serviços no país (IAMAMOTO, 2013; PEREIRA, 2013).

A possibilidade de pensar a educação superior a partir dessas três dimensões indica “o fio” que as aproxima: o estado democrático de direito. Nessa organização social há um comprometimento com a legalidade e também com o ideal de justiça. Ao mesmo tempo congrega as premissas do Estado de Direito com os preceitos da democracia, atrelando os valores de igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana com a máxima da soberania popular. Importante reiterar que o Estado democrático de direito não se apresenta apenas como uma união de princípios; ao contrário, vai além e traz consigo a possibilidade de transformação da sociedade através da participação popular (SILVA, 1988; CABRAL, 2016). No caso brasileiro, a Constituição de 1988 agrega valores do projeto emancipatório da modernidade, abrangendo o ser humano como fonte da experiência jurídica e resguardando as duas ideias fundamentais do direito moderno – a soberania do povo e os direitos. A primeira

[...] é afirmada logo no dispositivo inaugural, após a instituição da República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito: todo o poder emana do povo, sendo por ele exercido diretamente ou por representantes eleitos. O texto rompe, dessa maneira, com a tradição constitucional brasileira que, desde 1934, restringia a democracia ao modelo representativo de exercício do poder em nome do povo. Estabelece, em seu lugar, o regime democrático semidireto. Combina a representação — com a eleição periódica de representantes — e mecanismos de participação direta na definição de políticas, destacando, aqui, a iniciativa popular de projetos de lei, o plebiscito e o referendo (CABRAL, 2016, p. 837).

Reconhecer esse fio que aproxima também provoca inquietações relativas ao processo de armação dessa teia. Dito de outra forma, uma análise das condições atuais sem remeter a elementos do seu processo de

constituição parece-nos inapropriado. Nesse sentido, apontamos a importância das análises acerca das particularidades históricas da formação do Estado democrático nacional (MENEZES, 2017; CABRAL, 2016).

As consequências do passado colonial e escravista – assim como os rumos tomados no processo de modernização brasileiro – ressoaram, e muito, na construção de nossa sociedade³. O advento da República e a modernização instauraram, então, novas formas de sociabilidade e de relações de produção. A abolição, nesse cenário, representou a expansão do capitalismo no Brasil, caminho consolidado pelos países centrais a partir do século XIX⁴ (SEVCENKO, 1998).

Os esforços para aproximar o Brasil dos “ares europeus” trouxeram ainda mais contradições em nossa formação social. Significativa parcela da população composta por libertos e imigrantes, por exemplo, ficaram à margem da experiência considerada moderna e civilizada (SEVCENKO, 1998; PRADO JÚNIOR, 2011). Nesse sentido, as aspirações democráticas republicanas não propiciaram a inserção das camadas populares nas decisões políticas e na participação econômica. Ao contrário, sobrevém a continuidade das desigualdades sociais⁵ entre as classes.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes

³ Importante contribuição foi feita por Ianni (1990) para a compreensão sobre *A ideia de Brasil moderno*. No artigo, o autor evidencia as concepções de intelectuais brasileiros para pensar nossa sociedade em três momentos da história: a declaração de Independência de 1822, da abolição da Escravatura e Proclamação da República em 1888-1889 e a Revolução de 1930. Seu trabalho é de fundamental relevância para a apreensão sistematizada do debate sobre o processo de transição entre a Colônia lusitana e o Estado brasileiro. Para aprofundar a discussão histórica, ver: COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999

⁴ A economia capitalista, como não poderia deixar de ser, tornou-se global. Ela consolidou essa sua característica de forma mais intensa durante o século XIX, à medida que foi estendendo suas operações para as regiões cada vez mais remotas do planeta, transformando assim essas áreas de modo mais profundo” (SEVCENKO, 1998, p.8).

⁵ Souza (2018) em *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)* realiza extensa pesquisa a partir da variável do imposto de renda, principalmente. Este trabalho não objetiva discutir profundamente eixos centrais na problemática da desigualdade social no Brasil; mas também não se pode perder de vista, de nenhuma maneira, questões específicas e caras à discussão como raça e gênero. Por isso, destacamos aqui as contribuições de Biroli (2018) em *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil* e de Carneiro (2011) com *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*.

italianos que o governo atraía para o país. Lá, os escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos (CARVALHO, 2001, p.17).

A passagem histórica de derrubada do Império (e a abolição da escravidão) para o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, a partir das aspirações da classe senhorial e das demandas de desenvolvimento do mercado internacional – impulsionadas pelo capitalismo histórico no século XIX – reflete, então, na formação das classes e direcionamentos das forças políticas em nosso contexto nacional (SALLES, 2012). A reprodução da vida social a partir do modo de produção capitalista⁶ baseado na apropriação privada dos frutos do trabalho, no caráter coletivo da produção e na necessária condição de trabalhador livre – que vende sua força de trabalho para a garantia de suas necessidades vitais – constituem as condições para a gênese da questão social que é

[...] indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

Condensando as desigualdades nas suas mais variadas dimensões, a questão social entrava o acesso de uma ampla parcela da população aos bens coletivamente produzidos, atingindo a vida dos sujeitos e o reconhecimento dos direitos de cidadania. “Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando a consciência e luta que acumula forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2013, p. 331, grifo nosso).

As reflexões acerca de movimentos da história propostas até aqui propiciam o entendimento de dois pontos centrais: 1) as particularidades na formação do nosso estado nacional influenciaram diretamente na estruturação de uma sociedade de classe profundamente marcada por desigualdades; 2) o modo de produção não se restringe aos elementos do campo econômico, diretamente influi em todas as relações sociais “passando pelos âmbitos familiar, escolar, artístico, moral, religioso etc.” (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER, 2013, p. 86). No contexto brasileiro, essas particularidades enviesam a percepção do estado democrático de direito enquanto experiência coletiva.

⁶ Como explicitado em passagens do texto até aqui, há um direcionamento teórico afinado com as proposições Marxistas para análise do modo de produção capitalista e a consequente formação da sociedade de classes. Longe de esgotar a discussão ou apresentar profundamente os conceitos da vasta obra de Karl Marx, limitamo-nos (no momento) a destacar elementos imprescindíveis para nossa análise a partir de autores citados no decorrer do artigo.

Capturado historicamente pelo bloco do poder, a figura do Estado⁷ atua para conciliação dos interesses distintos (IAMAMOTO, 2013). Entre a permanência da propriedade privada e a reprodução da sociedade, volta-se também para a manutenção da ordem através da formulação e disseminação de um conjunto de valores e normas políticas, sociais e culturais – para além de sua força coercitiva (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER, 2013). Essa tensão – proveniente da luta entre as classes e mascarada pela naturalização das desigualdades – entre *conformismos* e *rebeldias* resiste para garantia das condições de vida dos cidadãos. “Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública” e, dessa forma, há a exigência para a interferência estatal no reconhecimento e formalização legal de direitos e deveres dos sujeitos (IAMAMOTO, 2013, p. 331).

A constituição brasileira de 1988, além dos avanços nos dispositivos democráticos, consagra esse reconhecimento e é conhecida como constituição Cidadã; mas afinal, o que seriam os direitos? Parece-nos mais simples afirmar tê-los do que propriamente defini-los. Conforme a perspectiva adotada neste trabalho, os “direitos são fenômenos sociais, resultados da história” (COUTINHO, 1999, p.44). Referem-se sempre a determinado contexto e têm suas expressões na expectativa de atendimento às demandas que são formuladas pelos grupos sociais.

A teoria de Marshall (1967) corrobora com o caráter histórico dos direitos e, de acordo com ele, teríamos três dimensões para a conquista da cidadania⁸: os direitos civis, os políticos e os sociais. Os primeiros possuem relação com as liberdades e proteções individuais contra o poder do Estado; os políticos dizem respeito à participação nas decisões coletivas, à associação e ao sufrágio universal; já os direitos sociais são os que “permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade” (COUTINHO, 1999, p. 50).

Um dos conceitos que melhor expressa essa reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos - que melhor expressa, portanto, a democracia - é precisamente o conceito de cidadania. Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999, p. 42).

No caso brasileiro, não tivemos essa sucessão cronológica nem tampouco podemos afirmar que há uma efetiva materialização de todos os direitos constitucionais, mas é inegável a importância da construção de um

⁷ Adotamos nesse trabalho a noção ampliada de Estado proposta por Gramsci: nela “entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política+ sociedade civil, ou seja, hegemonia revestida de coerção)” (GRAMSCI, 1968 apud VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER, 2013, p. 86).

⁸ Marshall pontua que seu objetivo primordial é a cidadania e seu interesse especial consiste no impacto desta sobre a desigualdade social. Define cidadania como “status concedido àqueles que são membros integrantes de uma comunidade” (MARSHALL, 1967, p. 76).

ordenamento jurídico que proteja as conquistas da sociedade (CARVALHO, 2001; COUTINHO, 1999). A constituição cidadã corporificou, então, um projeto de democracia social alinhada com os anseios coletivos na construção de uma institucionalidade baseada na justiça social (CHAVES; GEHLEN, 2019). Para a concretização dos direitos da cidadania formalizada, há a estruturação das políticas públicas.

Destarte, sem desconsiderar a dimensão do poder e de regulação social imbricada no sentido clássico de *política* (PEREIRA, 2008), *política pública* pode ser entendida como as diretrizes adotadas pelos atores sociais para a resolução de um problema público, estabelecido a partir de uma arena de conflitos historicamente determinados e que é o resultado das necessidades da coletividade (SECCHI, 2013). Os direitos sociais, reafirmados aqui enquanto conquista da classe trabalhadora, constituem-se âmbito privilegiado de atuação das políticas públicas na medida em que se guiam pelo princípio da igualdade e exigem do Estado atitudes ativas para transformá-los em realidade (COUTINHO, 1999; PEREIRA, 2008).

Dentre os direitos sociais estabelecidos na Carta Magna de 1988 em seu artigo 6º, está a Educação; o primeiro a ser reconhecido de modo positivo na modernidade (COUTINHO, 1999). Formalmente, constitui-se como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Como processo social, ela é além: está em nós e é responsável por organizar a experiência dos indivíduos, pelo desenvolvimento de sua personalidade e por garantir o funcionamento das próprias coletividades humanas (RODRIGUES, 2007).

Imbuída dessas facetas, a educação não está alheia ao contexto social, político e cultural. Ao buscar responder a um determinado problema, o fará considerando as especificidades de formação histórica e atenderá a interesses socialmente dominantes ou contra hegemônicos. Em outras palavras, como política pública e social, o direcionamento das respostas da Educação a sua demanda coletiva guardará intrínseca conexão com a realidade e as relações sociais estabelecidas ao longo da história (PEREIRA, 2008; DAVID, 2015; FERREIRA JÚNIOR, 2010).

Assim, as políticas públicas educacionais objetivam a garantia da educação no Estado democrático de direito, que no contexto brasileiro, enfocam tanto seu sentido mais amplo como processo formativo e preparo para o exercício da cidadania quanto no ensino e escolarização como necessidade interventiva para o mundo do trabalho. Em sua regulamentação jurídica, a Educação formal divide-se em: infantil, básica (pré-escola, o ensino fundamental e o médio) e o ensino superior (graduação e pós-graduação). Livre à iniciativa privada, os serviços de Educação são ofertados também pelos entes da federação brasileira: a União, os Estados e os Municípios (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Reconhecendo sua importância para o desenvolvimento da sociedade e da ciência, como rede, as instituições públicas e privadas de ensino superior

oferecem os cursos de graduação e pós-graduação⁹ na modalidade presencial e à distância, classificando-se de acordo com sua organização em

3.1 Faculdade- categoria que inclui institutos e organizações equiparadas, nos termos do Decreto nº 5.773, de 2006; 3.2. Centro universitário-dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral; 3.3. Universidade- dotada de autonomia na sede, pode criar campus fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral; 3.4. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia para efeitos regulatórios, equipara-se a universidade tecnológica; 3.5. Centro Federal de Educação Tecnológica-para efeitos regulatórios, equipara-se a centro universitário (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007b, p. 31).

Soares (2002) realiza importante esforço coordenando a organização de trabalhos relevantes para o resgate da história da educação superior no país, assim como Neves e Martins (2016) que também pontuam, de forma mais sintetizada, tais antecedentes. Os dois trabalhos evidenciam o processo tardio de constituição desse nível de ensino no Brasil em relação ao contexto latinoamericano e europeu, ressaltando o que Neves e Martins (2016) chamam de primeira (até a década de 1980) e segunda onda (final da década de 1990) de expansão. Entre mercadoria, direito e necessidade para o desenvolvimento social, a educação superior flutua na sociabilidade e conjuntura brasileira. As duas ondas definiram como atualmente estrutura-se a oferta desses serviços e também as políticas para seu acesso; é sobre essa “maré” e correntezas tangentes que discutiremos na próxima seção deste trabalho.

3. Panorama do Ensino Superior no Brasil

Durante os primeiros três séculos de nossa história, mais de 2.500 jovens nascidos em terras brasileiras formaram-se na Universidade de Coimbra, em Portugal, a qual acolhia para a graduação os filhos da elite colonial. É apenas com a vinda da família Real Portuguesa em 1808 que são criados os primeiros cursos de formação - Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia sediado em Salvador. Com o deslocamento da Corte para o Rio de Janeiro foram criadas importantes Escolas na cidade, como a de Belas Artes e também a de Cirurgia (SOARES, 2002). Apesar das propostas de criação de uma Universidade do Brasil, “no final do Império (1889) o país contava com

⁹ Graduação é definida como “cursos superiores que conferem diplomas, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, conferindo os graus de Bacharelado, Licenciatura ou Tecnologia”; já a pós-graduação pode ser a *stricto sensu*- “cursos de educação superior compreendendo os programas de mestrado e doutorado acadêmico ou profissional, que conferem diploma aos concluintes” e a Especialização ou pós-graduação *lato sensu* –“programas abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino, observada a carga horária mínima e requisitos fixados nas normas próprias, e conferem certificados aos concluintes” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007b, p. 31).

somente seis escolas superiores voltadas para a formação de juristas, médicos e engenheiros” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 96).

Em 1900, não existiam mais que 24 escolas de ensino superior; três décadas depois o sistema contava com uma centena de instituições, sendo que várias delas foram criadas pelo setor privado, principalmente pela iniciativa confessional católica. Até o início da década de 1930 o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes (NEVES; MARTINS, 2016, p. 96).

O início da República priorizou a formação de orientação técnica profissionalizante baseada apenas no ensino, viés adotado até o início da década de 1930, sendo o sistema de ensino superior constituído por um conjunto de escolas isoladas. É apenas em meados da dessa mesma década que irão surgir as primeiras Universidades no Brasil, como a Universidade de São Paulo e a do Distrito Federal. No entanto, a estruturação de uma rede de universidades federais, públicas e gratuitas ocorrerá somente após o surto de industrialização posterior à Segunda Guerra e seu aprofundamento nos anos de 1960 (SOARES, 2002; NEVES; MARTINS, 2016).

No contexto de ditadura militar, o projeto desenvolvimentista autoritário e o amplo interesse na internacionalização da economia aumentam a demanda pelo ensino superior. Ao mesmo tempo, há a atuação do movimento estudantil para o fomento à pesquisa no ambiente universitário. Tal conjuntura proporciona reformas para atender as necessidades do desenvolvimento brasileiro. Destarte, ocorre a “Reforma Universitária de 1968, que profissionalizou a academia, institucionalizou a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e incrementou uma política de formação de recursos humanos” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 97).

A reforma diminuiu as tensões e definiu o princípio orientador das políticas de ensino superior nas décadas de 1970 e 1980. Contraditoriamente, reconhece a importância e função das Universidades no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, mas mantém-se um limitado número de vagas nas instituições públicas; ao mesmo tempo, proporcionou a expansão da oferta por estabelecimentos isolados e integrados da iniciativa privada. “De 1970 a 1980, a participação do setor privado na oferta de matrículas passou de 50,5% para 64,3%” (DURHAM, 2003 apud NEVES; MARTINS, 2016, p. 98).

As determinações constitucionais de 1988 e a posterior Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 irão, apenas, ratificar o que historicamente já estava implantado no país. Ainda que haja a garantia da gratuidade para as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no ordenamento jurídico, prevalece a sua coexistência com o sistema privado, no qual há uma lógica mercadológica da educação enquanto serviço, distanciando-a do entendimento enquanto direito social. Esse processo de privatização nas políticas sociais é intensificado na década de 1990 com o avanço dos valores individualistas, fragmentados e desregulamentadores do

regime neoliberal¹⁰ dominante (PEREIRA, 2013; CHAVES; GEHLEN, 2019). Há o desmonte do setor público e a proliferação indiscriminada das IES privadas sem um controle de qualidade (DE PAULA, 2017).

[...] as instituições privadas de ensino superior se multiplicaram em número e cresceram em tamanho em decorrência da demanda por vagas e pelo freio na velocidade de expansão das redes públicas de ensino. Vale observar que esse panorama deve-se, principalmente, às normas governamentais, facilitadoras do processo de surgimento e multiplicação de novas instituições privadas, refletindo a diversificação das instituições de educação superior no Brasil (DE PAULA, 2017, p. 305).

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a partir do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2018, entre públicas e privadas, o país possui 2.537 Instituições deste nível de ensino na forma da seguinte rede:

Tabela 1 – Número de instituições de Educação superior, por organização acadêmica e categoria administrativa – Brasil – 2018

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADE		IF E CEFET	
		PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICO	PRIVADO
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40	n.a.*

*não se aplica

Fonte: BRASIL. INEP (2019b).

A partir desse quantitativo, infere-se que 88,2% das instituições pertencem ao setor privado enquanto apenas 11,8% são de caráter público (entre as federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2019b, p. 7). Há uma prevalência na oferta de ensino por Faculdades e Centros Universitários privados e Universidades e institutos públicos. Se analisarmos os dados de dez anos atrás, veremos que a situação permanece semelhante: em 2008, tinha-se um total de 2.252 IES – das quais apenas 236 eram públicas e conviviam com as 2.016 privadas, representando um percentual de 89,5% de prestação por entidades de finalidade lucrativa (BRASIL, 2012). Interessante observar que entre 2007 e 2008 tem-se uma sutil queda nos números de instituições públicas e também privadas, contrapondo o movimento de crescimento observado na década inteira (2001-2010): por exemplo, em 2007 tinha-se 249 IES públicas; em 2008, 236 e, em 2009, 245; chegando ao número de 278 IES no ano de 2010. Já nas organizações privadas: em 2007 eram 2.032; em 2008, 2.016;

¹⁰ No modelo neoliberal, a solução para as desigualdades sociais é entendida como responsabilidade de cada indivíduo e de sua capacidade de responder às condições do mercado. Nesse modelo, a principal preocupação é a imposição de uma noção de desenvolvimento, que não visa melhorar as situações de vida da população, visto que está orientado pelas exigências do mercado e de crescimento econômico” (CHAVES; GEHLEN, 2019, p. 293).

passando para o montante de 2.069 em 2009 e finalizando o decênio com o número de 2.100 IES (BRASIL, 2012).

O direcionamento das políticas educacionais na década de 2000 foi essencial para essa conjuntura. Em 2001, a lei 10.216 estabelece o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos. Destinado a financiar a graduação para aqueles que não possuem recursos para arcar com os custos de sua formação, de acordo com Neves e Martins (2016, p. 101), “o crédito educativo é um instrumento fundamental para a sobrevivência de parte significativa de setor privado”.

Em perspectiva semelhante e no intuito de responder às demandas por acesso ao ensino superior, o Programa Universidade para todos (ProUni) foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, tendo como público-alvo estudantes egressos da rede pública e professores do ensino básico que não possuem curso de graduação. Pelo Programa são concedidas bolsas de estudo parciais e integrais em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005).

A despeito das críticas direcionadas ao ProUni – como a necessidade de maior controle sobre a qualidade e funcionamento das IES particulares – é inegável sua contribuição para ampliar o universo do conhecimento de jovens brasileiros e o melhor preparo destes para o mercado de trabalho. Tanto o Fies quanto o ProUni configuram-se como importantes políticas de acesso à educação superior para “atender emergencialmente uma parcela da juventude excluída da universidade. No entanto, as ações para ampliação das oportunidades de acesso devem ser combinadas também com o investimento na expansão da universidade pública” (COSTA, 2012, p. 43).

Foram mais de 120 anos entre a criação da primeira Escola para graduação na cidade de Salvador (1808) e o nascimento da Universidade de São Paulo, em 1934, “um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior” (SOARES, 2002, p. 30). Em cerca de 74 anos (1934 - 2008), são criadas 235 IES públicas; dez anos depois, em 2018, esse número chega a 299, ou seja, 63 instituições criadas em uma década. Considerando – sem análise densa de contexto político, social e econômico – o interstício temporal e o número bruto de IES criadas, levariam cerca de 20 anos para alcançarmos esse patamar na educação superior pública.

Esse feito deve-se ao processo de democratização do ensino superior no país com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007). Formulado sob o pilar da importância do papel das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do país, sua principal finalidade é reduzir as desigualdades sociais que atingem o acesso e a permanência no ensino superior (LIMA; MACHADO, 2016).

Para ampliar o ingresso na educação superior pública, no nível de graduação, o REUNI ancora-se no aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais e em diretrizes como a redução das taxas de evasão, a revisão da estrutura acadêmica, a ampliação da mobilidade estudantil e de políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007). Outra importante estratégia adotada no período para a viabilização do acesso ao sistema foi o estabelecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (criado em 1998) como parâmetro de classificação em

muitas universidades brasileiras, substituindo, em muitos casos, a seleção via exame conhecido como vestibular (NEVES; MARTINS, 2016). A partir de 2009, o ENEM

Passou a cumprir quatro funções, quais sejam: i) avaliar o conhecimento dos alunos que terminam o ensino médio; ii) permitir ao estudante concorrer a uma bolsa pelo Prouni e requisitar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para frequentar uma IES privada; iii) ser a prova de conclusão do ensino médio para os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA); e iv) substituir ou somar pontos no exame de vestibular em IES brasileiras (NEVES; MARTINS, 2016, p. 101).

Costa (2012) destaca a relevância da reflexão acerca do papel exercido pelo ENEM como política para democratização do acesso e sua eficácia enquanto instrumento de avaliação de habilidades e competências. Em sua análise acerca do ProUni, enfatiza que, infelizmente, o ENEM ainda configura-se como mecanismo seletivo, tornando-se mais uma solução paliativa e excludente para o acesso ao ensino superior – uma vez que não há a efetiva ampliação de vagas e o investimento na qualidade do ensino fundamental e médio. Outro mecanismo inovador da década é o “programa do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) voltado às IES públicas federais. O Sisu é um sistema informatizado, gerenciado pelo MEC desde 2010, no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem” (NEVES; MARTINS, 2016, p. 101).

Como políticas de inclusão, Neves e Martins (2016) destacam o próprio ProUni e as políticas de ação afirmativa, consolidadas pela Lei nº 12.711/2012, e que reservam cotas para “estudantes provenientes da escola pública nas universidades federais, priorizando os alunos de baixa renda e o recorte étnico-racial, entre outras medidas” (DE PAULA, 2017, p. 306). A expansão materializada pelo REUNI com a interiorização das instituições federais e as iniciativas para a inclusão da classe socialmente marginalizada no ambiente universitário provocaram uma mudança no perfil dos discentes brasileiros, revelando a necessidade de articulação com novo viés de atuação do Estado para garantia do direito ao ensino superior, a permanência estudantil.

Nesse sentido, em dezembro de 2007 foi instituído o Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa Ministerial nº 39, considerando-o como uma estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e salientando sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007a). O programa articula-se também com dimensões mais amplas como a redução da retenção e evasão, sendo regulamentado apenas em 2010 o Decreto nº 7.234/2010.

“As ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES¹¹ considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente”, compreendendo-as como as iniciativas desenvolvidas nas áreas de moradia

¹¹ Instituições Federais de Ensino Superior.

estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007a, p.1). Articula-se, então, com os interesses do REUNI e conjuga a relevância da assistência estudantil para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública.

Assim, as políticas educacionais voltadas ao ensino superior no Brasil traçaram duas rotas transversais: o ProUni e o Fies fomentaram o crescimento do acesso às instituições do setor privado, enquanto o REUNI, o PNAES e a política de ações afirmativas direcionaram-se ao caminho da democratização através da rede federal. O panorama apresentado pelo último Censo publicado pelo INEP reflete as influências dessas estratégias adotadas nos últimos vinte anos no cenário nacional. Mantém-se a predominância de oferta dos serviços privados na graduação, realidade observada principalmente a partir da década de 1960, e a atuação das instituições públicas na pesquisa e pós-graduação (SOARES, 2002).

Sobre a rede pública, de acordo com os dados do INEP (BRASIL, 2019b), são 299 instituições de ensino superior (IES) mantidas pelo poder público: 128 estaduais (42,8%), 110 são federais (36,8%) e 61 municipais (20,4%). Das 199 universidades existentes, a maioria é pública (53,8%) e detém constitucionalmente autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, assim como obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). Escopo das políticas educacionais neste trabalho apresentadas, das IES federais, “57,3% correspondem às universidades, 36,4% aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets); 1,8% às faculdades e 4,5% são centros universitários” (BRASIL, 2019).

As IES ofertam 37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais, sendo que 90% dos cursos de graduação nas universidades são na modalidade presencial e o grau acadêmico predominante é o bacharelado, 59,9%. Do total das 8.450.755 matrículas de graduação registradas em 2018, 52,9% delas estão nas Universidades, mesmo essas instituições representando apenas 7,8% do total de IES do país. Também de acordo com o Censo, nos cursos de graduação presencial, o turno noturno é o que possui mais estudantes matriculados; a maioria é de bacharelados presenciais, diferentemente na educação à distância – na qual predominam os cursos de licenciatura (BRASIL, 2019b).

Sobre o acesso, a pesquisa aponta que a rede privada ofertou 93,8% do total de vagas em cursos de graduação em 2018; já a pública representou uma participação de 6,2% no total das 13.529.101 vagas oferecidas. Revela também que os cursos presenciais são mais eficientes no preenchimento das vagas.

Figura 1 – Representação das vagas ofertadas em 2018 pela rede pública de IES

Categoria Administrativa	Vagas	%
Federal	468.861	56%
Estadual	267.720	32%
Municipal	98.988	12%

Total: 13.529.101

Vagas públicas 835.569

Fonte: Elaboração Própria (2020), a partir dos dados do Censo da educação superior INEP (BRASIL, 2019b).

Para ocupar essas vagas, o número de ingressantes teve um crescimento de 6,8% em 2018 se comparado com o ano de 2017. A rede privada continua em expansão e apesar do “crescimento de 11,3% no número de ingressantes na rede pública em 2017, observa-se que em 2018 houve queda de 1,5% ocasionada pela redução, na rede federal, de 34.763 (55,8%) vagas oferecidas nos cursos à distância”. De acordo com o INEP, entre 2008 e 2018, a rede privada cresceu 59,3%, enquanto a pública aumentou apenas 7,9% no mesmo período (BRASIL, 2019b).

Quanto ao número de matrículas na graduação e nos cursos sequenciais, observa-se a continuidade de seu crescimento, atingindo a marca de 8,45 milhões de alunos em 2018. No decênio 2008/2018, a matrícula na educação superior aumentou 44,6%. Sobre a modalidade, assinala-se um aumento de 182,5% nas matrículas de cursos de graduação à distância em contraponto ao crescimento de apenas 25,9% dos presenciais na referida década. Registra-se também, pela primeira vez, a superação do número de alunos registrados em licenciatura nos cursos à distância (50,2%) sobre os presenciais (49,8%). Já em relação aos tecnológicos, houve acréscimo de mais de 103%. A rede federal de ensino foi a única das categorias públicas que teve aumento no número nesse período, chegando ao percentual de 89,7%. Enquanto isso, a oferta estadual registrou queda de -6,9% e a municipal de -36,6% no mesmo interstício. Salienta-se aqui que quase 2/3 das matrículas em cursos de graduação da rede pública estão em instituições federais (BRASIL, 2019b).

Em recente Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024) publicado no corrente ano, o INEP (BRASIL, 2020) destaca que ainda não cumprimos a meta 12 do referido plano que prevê a elevação nas taxas brutas e líquidas de matrícula na educação superior e muito menos a expansão da participação do setor público. Apesar do crescimento registrado entre 2012 e 2019, ainda será necessário um acréscimo de 12,6% até 2024 na taxa bruta e 7,5% para a líquida¹². Para a oferta pública, o desafio

¹² A meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) é “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público” (BRASIL, 2020, p. 259). A taxa bruta refere-se ao “total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) em relação ao total

é ainda maior: as matrículas nos cursos de graduação aumentaram “1.41 milhão entre 2012 e 2018, mas o crescimento no segmento público nesse período foi de apenas 180.1 mil matrículas, o que representou cerca de 12,7% do crescimento total, distante ainda da meta de 40%” (INEP, 2020, p. 276).

Destarte, o censo do INEP também realça que mais de um milhão e duzentos mil Brasileiros concluíram educação superior de graduação em 2018 com aumento de concluintes na rede pública em 3,0% e na privada a variação foi de 6,0%. Na análise da década, há a variação percentual desse número de graduados, sendo de 49,0% nas IES privadas, enquanto nas públicas esse crescimento foi de 32,3%. De todos os formados, 20,5% são da rede pública e 78,5% são da privada (BRASIL, 2019b).

De Paula (2017) traz interessantes reflexões e dados acerca da importância da análise da taxa de concluintes nos cursos de graduação presenciais das universidades federais; o indicador é calculado a partir do número de diplomados, transcorridos quatro anos do seu ingresso. A autora traz os dados de 2000 a 2015 enfatizando que, paradoxalmente, a proporção foi reduzida a partir de 2008 – período de início do REUNI e do próprio PNAES. De acordo com a mesma, “os concluintes evoluíram positivamente, ainda que de forma tímida e oscilante. O crescimento dos concluintes acontece em patamares inferiores à expansão de vagas e de ingressantes, acarretando em taxas de diplomação decrescentes, sobretudo após 2008” (DE PAULA, 2017, p. 310).

Analisando os números referentes aos ingressantes nos cursos presenciais das IFES de 2015 disponibilizados por De Paula (2017) e os concluintes do último censo disponíveis na sinopse estatística da educação superior - INEP, seriam: 236.593 ingressantes em 2015 e 145.873 concluintes em 2018; infere-se uma taxa de concluintes de 61,6%. Ainda é um percentual passível de aperfeiçoamento, mas mostra-se promissor ao compará-lo aos de anos anteriores, como o de 2013, no qual a taxa de concluintes foi de 42,5%.

A autora suscita que as pesquisas têm indicado fatores explicativos desse paradoxo como o papel do docente, a percepção de pertencimento em relação ao ambiente universitário, as deficiências na formação antecedente, os impactos relativos às incertezas do SiSU e os dilemas enfrentados pelo estudante trabalhador – um novo perfil propiciado pelas políticas educacionais aqui descritas. No contexto especialmente das universidades federais – foco de atuação do REUNI, do PNAES e das cotas, por exemplo – De Paula (2017) adverte que as mesmas estão estruturadas para receber o estudante (e não trabalhador) proveniente das classes dominantes; as IFES, portanto,

Continuando elitistas, não estão voltadas para receber uma clientela de origem popular, no tocante aos currículos pouco flexíveis, à relação professor-aluno, à falta de acolhimento para

da população em idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino” (BRASIL, 2020, p. 262); já a líquida é um “indicador de acesso ao sistema educacional por uma população considerada na idade de referência para cursar um determinado nível de ensino”, considera apenas o “percentual da população de uma faixa etária matriculada em um nível de ensino em relação ao tamanho total da população nessa faixa etária”. Aqui os dados baseiam-se no que o instituto intitula de taxa líquida de escolarização – um aperfeiçoamento da taxa líquida, pois, “considera também o percentual da população que está dentro da idade de referência, mas que já concluiu o nível de ensino em questão” (BRASIL, 2020, p. 267).

esse novo perfil de estudante que tem ingressado pela expansão de vagas e pelas políticas de ação afirmativa. Ou seja, o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado de exclusão, pois discrimina e expulsa os estudantes que são diferentes do padrão elitizado e culto ainda requerido pelas universidades federais (DE PAULA, 2017, p. 311).

Percebem-se notórios avanços na perspectiva de democratização do ensino superior no Brasil, principalmente, com o encaminhamento das políticas educacionais voltadas à rede pública a partir de 2007. Entendemos, então, que as políticas públicas que garantem o acesso à graduação devem contemplar dimensões articuladas. Assim como De Paula (2017), apreendemos que essa democratização é “construída sobre quatro dimensões: a do acesso/ingresso, a da permanência/conclusão, a da formação com qualidade e a da inclusão das camadas subalternizadas socialmente na educação superior” (DE PAULA, 2017, p. 305).

Na contramão dos avanços alcançados nos últimos anos na conjuntura do ensino superior público, especialmente o federal, em 2016 é sancionado o Novo Regime Fiscal com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, oriunda das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016 (Senado federal) e 241/2016 (Câmara dos Deputados). Sob a pretensão de estabilização fiscal, a emenda fixa os gastos públicos e não permite o crescimento das despesas totais e reais do governo por vinte anos. Desconsiderando taxas de crescimento econômico e projeções demográficas, “somente será possível aumentar os investimentos em uma área desde que sejam feitos cortes em outras” (MARIANO, 2017).

Os impactos para a ampliação dos serviços públicos, assim como para a consolidação do projeto democrático de justiça social instaurado pela Constituição de 1988, são imensos. Como alertam Rossi e Dweck (2016), abriu-se um grande espaço para o sucateamento de duas políticas centrais, já que o “único motivo para a reforma fiscal ser encaminhada como uma emenda constitucional é a desvinculação de receitas para investimentos em saúde e educação”¹³ (ROSSI; DWECK, 2016, p. 4). As estratégias para alcance das metas do Plano Nacional de Educação e a continuidade do processo de democratização do ensino superior serão desafiadoras nesse contexto de retração das políticas, avanço neoliberal e minimização do papel do Estado. Será preciso, talvez mais do que nunca, reafirmar nossos direitos sociais e resistir às investidas de mascaramento das conquistas da classe trabalhadora brasileira.

Considerações Finais

Referenciando a metáfora das ondas utilizada neste trabalho, aqui nos cabe apontar direções na maré; se tais direções são realmente finais, apenas

¹³ Na Constituição Federal de 1988 havia a vinculação de receita líquida dos impostos arrecadados pela União de, no mínimo, 18% para os gastos com educação e nunca inferior a 15% da receita corrente líquida para a Saúde. Com a EC 95, houve o congelamento desses gastos tendo como base o ano de 2017 (BRASIL, 1988).

as correntezas da realidade poderão dizer-nos um dia. Por enquanto, são considerações necessárias. A primeira relaciona-se ao esforço aqui apreendido de discutir o acesso ao ensino superior no Brasil enquanto direito social e como política pública, com amparo jurídico legal e relevância para atendimento das demandas da sociedade. Essa reflexão demonstra-se extremamente relevante e desafiadora, uma vez que estamos imbuídos em um contexto de descompasso: a coexistência de um dominante sistema de ensino privado frente aos serviços ofertados pela esfera pública.

Afirmar o ensino superior sob o ângulo dos direitos sociais, da cidadania e das políticas públicas não é apenas contar a história da formação do nosso Estado democrático de direitos; é, sobretudo, realinhar o passo do descompasso que mascara as tensões da luta de classes na sociabilidade brasileira. É negar a formação acadêmica como privilégio das elites historicamente determinadas que detiveram, por muito tempo, acesso desenfreado aos bens coletivamente produzidos. Assim, as políticas de expansão, acesso e permanência apresentadas neste artigo vêm conduzindo, mesmo com críticas e limitações, à democratização do ensino superior no país e, mais do que isso, possibilitando mais uma forma de experienciar a cidadania.

Conforme as discussões de diversos autores da literatura referenciados neste trabalho, o âmbito privilegiado para essa experiência é o setor público, especialmente a rede federal de ensino – respeitando a autonomia para gerência e funcionamento das instituições estaduais e municipais. Com essa afirmação, não estamos negando a relevância dos programas de fomento à rede privada, como o ProUni e o Fies, os quais proporcionaram mudanças para seus beneficiários como a melhoria das suas condições de vida e a ascensão ao mercado de trabalho. Ao contrário, acredita-se que justamente a análise dos fatores que levam o estudante a entrar na esfera privada deve ser a bússola para o fortalecimento do público.

O descompasso está no domínio do setor privado e no desmonte observado nas políticas sociais e nas instituições públicas, mesmo com importantes estratégias como o REUNI. Há uma privatização desenfreada, a educação enquanto serviço passa a ser uma mercadoria desregulamentada com questionáveis parâmetros de qualidade para a formação profissional. Por outro lado, o crescimento da rede pública é tímido; mesmo com expansão das instituições e novas formas de seleção, por exemplo, o número de vagas ainda é aquém das necessidades sociais. Além disso, mesmo com as universidades detendo o maior número de matrículas e também de concluintes, a participação do setor público – o qual desenvolve sistematicamente atividades essenciais para o desenvolvimento econômico e social, a pesquisa e a extensão universitária – é de apenas 43%¹⁴.

Em um país marcado por diversas faces da desigualdade inerentes ao modo de produção capitalista, a expansão e massificação são o primeiro passo para a democratização, mas não a concretizam. O recente perfil do graduando requer atenção: são, além de estudantes, trabalhadores e filhos (as) das

¹⁴ Valor referenciado nos dados da Sinopse Estatística do Censo INEP 2018 (BRASIL, 2019a). Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais nas Universidades do Brasil: 470.183. Em Universidades Públicas: 202.990. Disponível (tabela 6.5) em: <http://portal.inep.gov.br/web/quest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

classes subalternas. Os novos habitantes do espaço possuem formação anterior com deficiências e limitações que escapam ao nosso escopo de discussão, mas é basilar para a construção de um verdadeiro sistema de ensino articulado e de formação emancipatória – a educação básica pública.

Essa é a segunda consideração necessária: a permanência desses novos sujeitos no ensino superior. Conforme visto, essa permanência extrapola questões apenas de manutenção financeira do discente e transcorrem para dimensões subjetivas e também institucionais: é preciso reaprender a nadar. Mais do que formação técnica e científica, é garantia de alcance ao conhecimento e a participação nos frutos da riqueza social – isso poderá trazer possibilidades para novas formas de sociabilidade. A urgência está em não somente entrar no espaço do ensino superior, mas também traçar estrategicamente as rotas para completar o percurso. As correntezas dessa maré são caminhos para outro trabalho.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 08 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União, Brasília, 25/04/2007, p. 7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo técnico - Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse estatística da educação superior: Censo de 2018**. Brasília: Inep, 2019a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 03 de junho de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Inep, 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CABRAL, Guilherme Perez. Educação na e para a democracia no Brasil: Considerações a partir de j. Dewey e j. Habermas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 37, nº. 136, p.873-889, jul-set., 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHAVES, Helena Lucia; GEHLEN, Vitória Régia. Estado, políticas sociais e direitos sociais: descompasso do tempo atual. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 135, p. 290-307, maio/ago. 2019.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

COSTA, Fabiana de Souza. **O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo). Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e Modernidade. **Perspectivas**, São Paulo, nº22, p. 41-49, 1999.

DAVID, Célia Maria. Política educacional brasileira e sua dimensão social: verso e reverso. In: DAVID, Célia Maria. et al. (orgs.). **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zt9xy/pdf/david-9788579836220.pdf>. Acesso em: 08 de novembro de 2018.

DE PAULA, Maria de Fátima. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar)

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Ser Social**, Brasília. V.15, nº 33, jul/dez, 2013, p. 261-384.

IANNI, Octávio. A Ideia de Brasil Moderno. **Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura**, 1(1), 19-38, 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

LIMA, Edileusa; MACHADO, Lucília Regina. Reuni e expansão universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 383-406, abr./jun. 2016.

MARIANO, Cynara. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba/PR, v.4, n. 1, jan/abril, 2017, p. 259-281.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENEZES, Rafael da Silva. **Democracia brasileira: discurso, possibilidades e responsabilidade na Constituição Federal de 1988**. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007a. Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007b. Portaria normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. **Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e dá outras disposições**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 18 de junho 2020.

NEVES, Clarissa; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (orgs.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea, 2016. p. 95-124.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanette et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, Lucia; NOGUEIRA, Vera; SILVA, Vini Rebassa. (orgs.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 15-26.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Alberto. **Sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. **Cad. Saúde Pública**, vol. 32, nº 12, 2016, p. 1-5. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 de junho 2020.

SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack**, Guarulhos/SP, n.04, p.5-45, 2º semestre de 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. (org.). **História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio (volume 3)** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7- 48.

SILVA, José Afonso. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, vol. 173. p.15-34, 1988.

SOARES, Maria. Susana Arrosa (Coord.). **A educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe/IESALC – Unesco, 2002.

SOUZA, Pedro Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2018.

VASCONCELOS, Kathleen Elane.; SILVA, Mauricélia da; SCHMALLER, Valdirene. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 82-90, jan./jun. 2013.

Contribuição de cada um dos autores

Autor 1: Participação ativa na discussão dos resultados.

Autor 2: Participação ativa na discussão dos resultados e contribuição substancial para a concepção e análise

Enviado em: NÃO PREENCHER | Aprovado em: NÃO PREENCHER

[LIMITE DE TEXTO: ATÉ 20 PÁGINAS]

3. SEGUNDO ARTIGO

Acesso ao ensino superior e permanência estudantil na Bahia

Mariana Carlos de Andrade Lyra
Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nas Universidades Federais baianas a partir dos serviços e benefícios ofertados por essas instituições. Para isso, apresenta-se a expansão do acesso ao ensino superior no estado e o perfil dos estudantes universitários brasileiros, problematizando a importância da assistência para a concretização da democratização do ensino superior no país. Na Bahia, observa-se uma congruência com o panorama nacional de prevalência dos benefícios em detrimento dos serviços. Em interlocução com a literatura e pesquisas sobre o tema, os resultados apontam para a necessidade de construção de instrumentos que fortaleçam a gestão, monitoramento e avaliação do PNAES no âmbito das universidades públicas federais do estado.

Palavras-chave: Assistência Estudantil, Ensino Superior, Universidade, Bahia.

Access to higher education and student residence in Bahia

Mariana Carlos de Andrade Lyra
Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Abstract

The objective of this article is to analyze the National Student Assistance Program - PNAES in the Federal Universities of Bahia based on the services and benefits offered by these institutions. For that, it presents the expansion of access to higher education in the state and the profile of Brazilian university students, questioning the importance of assistance for the achievement of

the democratization of higher education in the country. In Bahia, there is a congruence with the national panorama of the prevalence of benefits to the detriment of services. In dialogue with the literature and research on the topic, the results point to the need to build instruments that strengthen the management, monitoring and evaluation of the PNAES within the scope of the federal public universities in the state.

Keywords: Student Assistance, Higher Education, University, Bahia.

Acceso a educación superior y residencia de estudiantes en Bahia

Mariana Carlos de Andrade Lyra
Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar el Programa Nacional de Asistencia al Estudiante - PNAES en las Universidades Federales de Bahía a partir de los servicios y beneficios que ofrecen estas instituciones. Para ello, presenta la ampliación del acceso a la educación superior en el estado y el perfil de los estudiantes universitarios brasileños, cuestionando la importancia de la asistencia para el logro de la democratización de la educación superior en el país. En Bahía, hay una congruencia con el panorama nacional de prevalencia de beneficios en detrimento de los servicios. En interlocución con la literatura e investigación sobre el tema, los resultados apuntan a la necesidad de construir instrumentos que fortalezcan la gestión, seguimiento y evaluación del PNAES en el ámbito de las universidades públicas federales del estado.

Palabras clave: Asistencia al estudiante, Educación superior, Universidad, Bahía.

Introdução

Resultado da realização de pesquisas no Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, este trabalho objetiva analisar o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nas Universidades Federais baianas a partir dos serviços e benefícios ofertados por essas instituições. Para isso, em um primeiro momento, discorre acerca dos descompassos sobre o acesso ao ensino superior público na Bahia, destacando aspectos relativos ao seu processo histórico, desigualdades regionais e formação da rede atual de oito universidades públicas entre estaduais e federais.

De maneira geral, as instituições públicas são âmbito privilegiado para a democratização do ensino superior no país, pois atuam na perspectiva da garantia de direitos através da provisão dos serviços públicos (PEREIRA, 2013; NEVES; MARTINS, 2016; DE PAULA, 2017). O recorte para as instituições definidas como universidades justifica-se por dois fatores: elas representaram mais da metade das matrículas nos cursos de graduação presenciais no ano de 2018 (INEP, 2019); e para além do ensino profissionalizante, realizam as atividades de pesquisa e extensão (BRASIL, 1996). Delimitados esses aspectos, o olhar sobre as universidades mantidas pela União baseia-se na fundamental importância das mesmas enquanto foco das políticas educacionais federais instauradas nos últimos anos.

Nesse sentido, destacamos no presente artigo as implicações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI nas mudanças ocorridas na expansão do ensino superior na Bahia. Com foco nas federais, além da interlocução com autores da literatura acerca da temática, utilizamos os dados do 3º ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024 (BRASIL, 2020) e do Censo da Educação Superior de 2018 (INEP) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira –

INEP. Ilustra-se essa expansão com a apresentação de dados relativos às universidades públicas baianas considerando como marcos dos últimos vinte anos: 2000, 2008, 2018.

Na segunda parte do trabalho, argumenta-se acerca das mudanças no perfil universitário brasileiro com os dados trazidos pela última pesquisa feita pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, a V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018. Dessa vez, são apresentados os principais elementos desse perfil em uma figura infográfica discutindo suas principais informações. Também se problematiza a assistência estudantil como política pública através da regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Para entender a estrutura de execução do PNAES nas universidades federais da Bahia, a principal fonte de pesquisa para a explanação proposta foram os sítios eletrônicos oficiais, o que resultou na produção de um quadro para melhor compreensão das ações institucionais. Por fim, realizam-se considerações que visam contribuir para o aperfeiçoamento na execução do PNAES no estado e sugestões às instituições pesquisadas.

Acesso ao ensino superior público na Bahia

O ensino superior no Brasil apresenta-se a partir da coexistência de dois sistemas distintos: a oferta pública dos serviços e a privada. Essa estruturação é constitucionalmente garantida e historicamente delineada, marcando o panorama atual dessa oferta e os objetivos das políticas públicas educacionais materializadas nos últimos anos. O crescimento da rede de ensino superior no país acompanhou as tendências políticas, sociais e econômicas da passagem entre Colônia, Império e República de nossa história¹. Não nos cabe aqui a análise minuciosa da gênese e progressão das Instituições de Ensino Superior – IES no Brasil, mas é relevante salientar alguns

aspectos que ressoam na realidade do Estado da Bahia, foco deste trabalho.

Dentre tais elementos, é importante destacar os lentos passos para constituição de uma rede desse nível de ensino. Como particularidade, o ensino superior advém da formação de escolas isoladas que posteriormente tornaram-se Universidades. É apenas entre as décadas de 1920 e 1930 que irão surgir instituições dessa natureza, mesmo o primeiro curso superior tendo sido oficialmente implementado pela Corte Real Portuguesa em 1808 – o curso de Cirurgia do Hospital Real de Salvador (BOAVENTURA, 2009). Na década de 1960, ocorre a expansão dos serviços, especialmente por estabelecimentos privados – tendência intensamente observada até final dos anos de 1990, quando novos direcionamentos são adotados para o fortalecimento do setor público (NEVES; MARTINS, 2016; FERREIRA JÚNIOR, 2010; SOARES, 2002).

Conforme institui a Constituição Federal de 1988, o ensino no Brasil é livre à iniciativa privada e deve ser ofertado pelos entes da federação em regime de colaboração para estruturação de seus sistemas. Prioritariamente cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a atuação na Educação Básica enquanto à União caberá “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL, 1996). No âmbito público, o ensino superior não é prerrogativa exclusiva de nenhum dos entes e coexistem IES dos diferentes níveis e modalidades: as federais, as estaduais e municipais.

Permanece a proeminência do setor privado para a massificação do ensino superior no país durante um longo período da história, especialmente, com a instauração das perspectivas neoliberais² nas políticas sociais (PEREIRA, 2013). No entanto, é necessário reafirmar a importância da oferta pública para garantia do direito à educação em todos os níveis e as políticas públicas adotadas para esse alcance. Nesse sentido, as IES federais desempenharam, nos últimos vinte anos, papel de destaque para o acesso

dos brasileiros à formação acadêmica, sobretudo, na garantia da graduação. Das 110 IES federais registradas pelo Censo da Educação Superior de 2018 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 63 são universidades – “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996).

Para o desenvolvimento do ensino superior público federal, as políticas educacionais adotadas nas duas últimas décadas caminharam em três fases: a primeira ocorreu entre os anos de 1998 e 2002, com o aumento do número de vagas e cursos nas sedes das universidades federais já existentes; na segunda, de 2003 a 2006, expandiu-se a oferta em direção ao interior de diversos estados brasileiros com a criação de novas Universidades e a consolidação dos *campi* de instituições já atuantes; a terceira fase é demarcada pela instauração do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, decreto nº 6.096 de 2007, ação integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (VINHAIS, 2013). O REUNI objetiva “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

Concomitante a essa expansão do setor público federal através do REUNI, estratégias como o Programa Universidade para Todos – ProUni (2005) e o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies (1999) fomentaram o crescimento e manutenção das IES com finalidades lucrativas (NEVES; MARTINS, 2016). A expansão da oferta, tanto dos serviços privados quanto do público, não se desenvolveu de maneira equânime nas vinte e sete unidades federativas. O deslocamento e a continuidade do poder político e econômico para o eixo Sul e Sudeste do país determinaram (e ainda determinam) os rumos das decisões políticas e a própria distribuição de recursos e serviços no território (OLIVEIRA, 2011). Em relação à esfera pública,

Camargo e Medeiros (2018) apresentam um panorama temporal de criação das Universidades Federais no período de 2003 a 2010, destacando que

Nesse período, observou-se a criação de 14 universidades federais, sendo que, dessas, 09 universidades federais nas regiões Sul e Sudeste; as outras cinco criadas localizam-se três na região Nordeste, uma na região Centro-Oeste e uma na região Norte. Interessante observar que predominou a criação de novas instituições nas regiões Sul e Sudeste, as quais apresentam um quadro diferenciado em relação às demais regiões do país no que tange à oferta de educação superior. Isso leva a crer que outros critérios foram considerados, como as barganhas políticas que, em geral, orientam a definição de prioridades, a formação de quadros para atendimento às demandas do setor produtivo, muito mais do que o apelo à democratização dessa etapa da formação (CAMARGO; MEDEIROS, 2018, p. 260).

Resultados desse contexto, de acordo com os dados do 3º ciclo de Monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, as assimetrias regionais relacionadas à Educação no país são concretas, inclusive no ensino superior. Entre os anos de 2012 e 2019, persistiram as diferenças na Taxa Bruta de Matrículas – TBM³ na graduação durante todo o período; em 2019, as regiões Norte (32,8%) e Nordeste (30,3%) apresentaram taxas menores do que Centro-Oeste (44,8%), Sul (44,4%) e Sudeste (39,9%). Além disso, o Nordeste concentra a maioria dos estados com os menores resultados da TBM e também da Taxa Líquida de Escolarização – TLE⁴; diferente do desempenho de estados do Norte, que possui TBM semelhante à nordestina, como Roraima (41,4%) e Amapá (45,0%), que obtiveram resultados na TBM superiores à média da região Sudeste (39,9%). Sobre a TLE, as regiões Norte (21,0%) e Nordeste (19,5%) apresentaram os menores percentuais em 2019, ficando aproximadamente dez pontos percentuais abaixo das taxas registradas no Centro-Oeste (31,1%) e no Sul (30,6%) (BRASIL, 2020, p. 275-276).

Em relação à participação do segmento público na expansão de matrículas no ensino superior, meta doze do PNE, o crescimento foi aquém dos 40% traçado em 2014 – houve o acréscimo de apenas 12,7% no

interstício de 2012 a 2018. Esse aumento também foi marcado pelas disparidades regionais, já que foi maior nas regiões Centro-Oeste (33,4%) e Sudeste (28,8%); mesmo positiva, a taxa foi de apenas 15,5% na região Nordeste e no Norte (-16,9%) e Sul (-15,1%) observou-se a retração das matrículas (BRASIL, 2020, p. 275).

O relatório de Monitoramento do PNE revela também que “o esforço público de expansão entre 2012 e 2018 foi desenvolvido principalmente por meio da rede federal em sua modalidade presencial” (BRASIL, 2020, p. 273). Mesmo com as diferenças na distribuição territorial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, destaca-se o empenho do Governo Federal, sobretudo entre 2011 e 2014, para a ampliação do ensino na região Nordeste – das quatro universidades criadas, três foram em estados nordestinos (CAMARGO; MEDEIROS, 2018). Duas delas foram instaladas na Bahia, completando a rede atual no estado. A Bahia recebeu sua segunda universidade pública federal apenas em 2005, com atraso de mais de meio século em relação àquela que incorporou historicamente o primeiro curso de ensino superior do Brasil – a Universidade Federal da Bahia – UFBA.

QUADRO I – Universidades Federais com sede administrativa em cidades baianas

IFES	Universidade	Ano de Fundação	Origem	Cidade sede reitoria
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Decreto Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946.	Incorporação de Escolas e faculdades isoladas em funcionamento na capital do Estado	Salvador
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005.	Desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA	Cruz das Almas
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB	Lei nº 12.825, de 5 de junho de 2013.	Desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA	Barreiras
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia	Lei nº 12.818, de 5 de junho de 2013.	Sem instituição procedente	Itabuna

Fonte: Elaboração Própria, 2020 (Dados disponíveis nos portais eletrônicos institucionais).

Boaventura (2009) dedica-se a um importante resgate histórico para a construção da universidade baiana, destacando o atraso da chegada dessas instituições tanto no Brasil quanto na Bahia. Nessa perspectiva, Oliveira (2011) define a história do ensino superior no estado como significativa e desafiadora, já que passou por um longo período de estagnação e lentidões no processo de consolidação. Salienta-se a peculiaridade, na esfera pública, da efetiva participação do poder estadual na estruturação de um sistema de ensino superior a partir da década de 1960, já que havia dissonâncias entre a demanda pelo ensino e a efetiva participação federal para possibilitar o acesso à formação acadêmica dos baianos (MOTA JÚNIOR; TORRES, 2017).

Dessa forma, podemos considerar que a materialização de uma rede federal na Bahia⁵ é recente, predominando durante muito tempo o acesso à graduação pelas universidades mantidas pelo governo do estado. Boaventura (2009) sistematiza a criação da rede estadual de ensino superior, afirmando que a “estrutura vai se desenvolvendo entre o final dos anos 60 e o começo dos anos 90, ressaltando-se que o referido sistema está em pleno funcionamento com quatro universidades que se expandem por todo o território baiano” (BOAVENTURA, 2009, p. 47). A rede estadual compreende: a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (1970); a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB (1980); a Universidade do Estado da Bahia – UNEB (1983); e a Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (1991).

A UNEB atualmente possui campus em vinte e quatro municípios em todo o estado, já a UEFS atua na cidade de Feira de Santana e conta com um campus avançado na região da Chapada Diamantina, na cidade de Lençóis. A UESB está presente em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga – mesorregião do centro-sul baiano – e a UESC situa-se em Ilhéus, abrangendo a região sul. As Universidades estaduais baianas – UEBA’s dividem o território e as demandas da sociedade com as instituições federais. A UFBA concentra suas atividades nos três *campi* da capital do estado, Salvador, mas também possui unidades em Vitória da Conquista e Camaçari. A UFRB nasce do

desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA em Cruz das Almas, expandiu-se desde a lei de criação e atualmente abrange as cidades de Santo Antônio de Jesus, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro da Purificação e Amargosa.

As mais jovens universidades federais baianas foram criadas no mesmo ano em dois extremos geográficos do estado e de proveniência distintas. A UFOB também fica instituída a partir do desmembramento da UFBA, o antigo Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. Com proposta de fundação já em multicampia, localiza-se em Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães. Dentre as federais do estado, a UFSB é a única que surge sem instituição precedente e tem seus *campi* instalados nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018 do INEP, na Bahia, o ensino superior é oferecido por 10 instituições públicas e 136 privadas (INEP, 2019). A situação é bem diferente se analisarmos os números dos últimos vinte anos; aqui utilizamos três marcos temporais: o início do milênio no ano de 2000, o marco da década passada (2008) e os últimos dados disponíveis, os quais se referem ao ano de 2018.

QUADRO II – Instituições de Ensino Superior na Bahia por categoria administrativa em 2000, 2008 e 2018

	2000	2008	2018
IES Públicas	06	07	10
Universidade Federal	01	02	04
Instituto Federal	01	01	02
Universidade Estadual	04	04	04
IES Privadas	43	118	136
Total de IES	49	125	146

Fonte: Elaboração Própria (2020) (Dados disponíveis nas Sinopses estatísticas dos Censos da Educação Superior de 2000, 2008 e 2018; em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Ainda que se observe a expansão maciça das instituições privadas na Bahia – tendência nacional apontada nos relatórios do INEP e na literatura acerca do ensino superior no Brasil (NEVES; MARTINS, 2016; DE PAULA, 2017), o

crescimento das IES federais no estado é notório, considerando o lapso entre a UFBA e a criação da UFRB. Os dados coletados nesta pesquisa apontam para a consolidação da rede federal no que tange a quatro categorias basilares para o primeiro nível do ensino superior, a graduação: número de vagas ofertadas, ingressantes, matrículas e concluintes nos cursos presenciais disponíveis nas Universidades.

QUADRO III - Dados referentes à expansão da oferta de cursos presenciais nas Universidades Federais da Bahia⁶

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014*	2015	2016	2017	2018
Vagas	6.189	9.466	11.201	10.991	11.018	11.159	12.743	13.343	12.014	13.203	13.362
Ingressos	5.834	9.150	10.743	10.682	10.799	10.343	11.125	13.022	12.040	12.819	12.920
Concluintes	3.024	3.043	3.391	3.527	3.709	3.629	4.572	4.596	4.518	5.519	5.310
Matrículas	23.200	29.478	32.511	34.625	36.309	39.756	41.192	48.068	52.276	53.004	54.211

Fonte: Elaboração própria, 2020 (Dados disponíveis nas Sinopses Estatísticas dos Censos da Educação Superior dos anos de 2008 a 2018; Consultar em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Em 2008, foram 5.834 ingressantes nos cursos de graduação presenciais das universidades federais. Interessante perceber que a UFRB estava no início do seu funcionamento e é um número expressivo comparado ao Censo do Inep de 2000 (INEP, 2001), que registrou a entrada de 3.730 estudantes pelo processo seletivo do vestibular e 525 por outras formas na única universidade federal do estado na época – a UFBA. Mesmo assim, o número de novos estudantes da UFBA e da UFRB (5.834) em 2008 não superou o quantitativo de 9.980 das UEBA's. O mesmo ocorreu em relação ao número de vagas: 6.189 nas federais e 10.235 na rede estadual.

Em 2010, ano posterior à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM como processo seletivo para acesso em diversas IFES, o número de ingressantes nas universidades públicas estaduais (10.692) foi menor do que das federais (10.743); também o número de vagas ofertadas nas universidades federais (11.201) foi maior do que o das estaduais (10.769). No entanto, as matrículas na rede estadual (44.064) ainda eram maiores. Esse número inverte-se apenas em 2015, quando o quantitativo de estudantes

matriculados nos cursos de graduação presenciais das federais baianas (48.068) supera o das estaduais (47.196). Dois anos depois, em 2017, são 8.107 matrículas a mais contabilizadas nas primeiras em relação às segundas (44.897).

O trabalho de Oliveira (2011) sobre o ensino superior público na Bahia após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (entre 1995 e 2009) traz reflexões importantes para o contexto da rede no estado. Como exposto nesta seção, o autor reafirma que a criação de universidades federais na Bahia foi tardia, argumentando acerca da discriminação da União em distribuir recursos destinados à educação superior no estado, o que sobrecarregou o governo estadual para cobrir tal lacuna. Nesse ínterim, há insuficiências e descompassos de financiamento para a continuidade da expansão das UEBA's frente às responsabilidades prioritárias do estado, estabelecidas explicitamente no pacto federativo, para o ensino fundamental e o médio (OLIVEIRA, 2011).

Diante dos dados apresentados, é inegável a expansão da oferta para o acesso ao ensino superior por universidades federais na Bahia. Em dez anos, há mais do que o dobro do número de vagas e de ingressantes nessas instituições, além do expressivo aumento de matrículas. No entanto, mesmo em crescimento, o quantitativo de concluintes em relação aos ingressantes ainda é reduzido. De Paula (2017) adverte para essa questão, especialmente nas IFES que possuem traços históricos elitistas e não estão preparadas para receber o novo perfil estudantil proporcionado por políticas educacionais de expansão como o REUNI e de ação afirmativa para inclusão, concretizadas pela Lei nº 12.711/2012. Nesse contexto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES é uma estratégia fundamental para garantia da formação universitária; é sobre esse tema que a próxima seção desse artigo explanará, com destaque para a realidade baiana.

A permanência estudantil nas universidades federais baianas

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família e objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Como direito social, é materializada através de políticas públicas e pelas diretrizes das decisões políticas adotadas pelos diferentes governos. Na educação superior, a situação não é diferente. A concretização daquilo que é definido pelo arcabouço jurídico condiciona-se às determinações das realidades distintas e também pelas tensões dos grupos sociais para as garantias de provisões dos serviços pelo poder público.

Em linhas estratégicas, no Brasil, o ensino superior estrutura-se com a relação entre os setores privado e público. Para o último, políticas capilares dorsais são necessárias para as garantias constitucionais e a experiência da cidadania plena. Com as fases de expansão desse nível de ensino e a concretização do REUNI, novos alicerces precisaram ser construídos face aos objetivos traçados para democratização, expansão e inclusão no ensino superior, principalmente, no tocante às instituições federais. Por isso, entende-se a necessidade de articulação entre a discussão do acesso ao ensino superior, propiciado pelo REUNI, e a permanência estudantil consolidada a partir do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Entre múltiplos olhares, essa política pública oscila entre compreensões universais focalizadas, centralizadas, democráticas, restritas e abrangentes (IMPERATORI, 2017).

A reflexão proposta neste trabalho enfatiza a dimensão de direito à assistência estudantil e sua profunda conexão com as arenas de disputas políticas ao longo da história. É nesse sentido que Imperatori (2017) destaca as semelhanças de trajetórias dessa política e da assistência social enquanto resultados de luta dos movimentos sociais na conjuntura de fim da ditadura militar e promulgação da Constituição vigente. Em interlocução com outras produções acerca da temática, a autora enfatiza a importância do Fórum

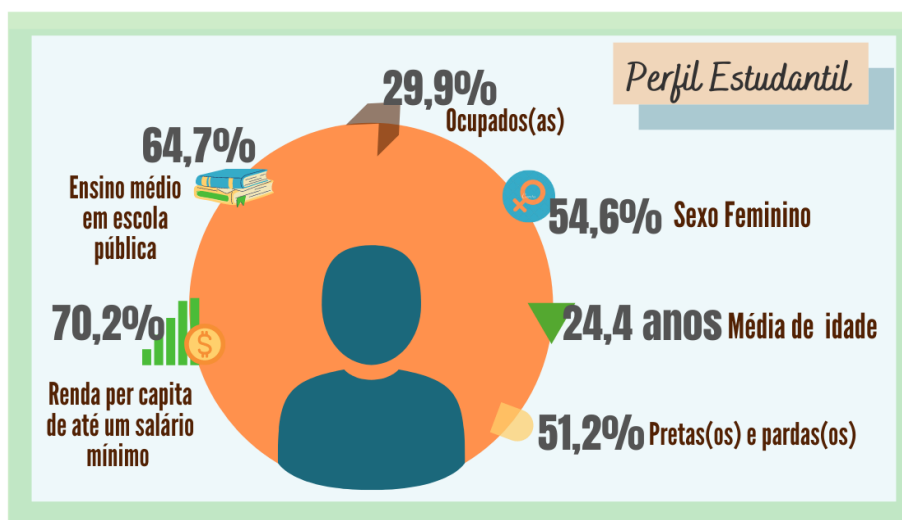
Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, da União Nacional dos Estudantes – UNE e da Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – Sence (IMPERATORI, 2017).

Como diretriz, o REUNI previu a ampliação de políticas de inclusão e assistência ao estudante (BRASIL, 2007) no mesmo ano no qual foi publicada a Portaria Normativa do PNAES. O programa só foi regulamentado via decreto presidencial em 2010, objetivando a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a redução das taxas de retenção e evasão, visando também contribuir para a inclusão social e para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da graduação (BRASIL, 2010). Desde sua fundação, em 1987, o Fonaprace preocupava-se com a produção de pesquisas que subsidiassem a criação de um programa nacional para as IFES brasileiras (FONAPRACE, 2019). Em parceria com a Andifes, essas organizações empenharam-se na execução de pesquisas de porte nacional para delinear o perfil socioeconômico desses universitários e contribuíram para a criação do PNAES junto ao Ministério da Educação. Foram realizadas pesquisas nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e, mais recentemente, em 2018.

Nesta última, participaram as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018 e 02 Centros Federais de Educação Tecnológica, totalizando 65 IFES; 424.128 questionários validados, o que representa 35,34% do total de estudantes matriculados nas IFES, nos cursos de graduação presencial, no primeiro semestre de 2018. O instrumento utilizado foi composto de 81 perguntas e foi hospedado em plataforma virtual *online* própria. Diversas dimensões são abordadas agregadas em blocos de questões: perfil básico, histórico escolar, cultura, vida acadêmica, moradia, trabalho e renda, família, saúde e qualidade de vida e dificuldades estudantis.

O atual relatório da pesquisa estrutura-se na perspectiva comparativa em relação aos resultados anteriores e também com os dados demográficos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As possibilidades de análise e a densidade das informações obtidas extrapolam, e muito, os limites deste artigo. No entanto, cabe aqui destacar a importância do perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES para a adoção das estratégias de assistência estudantil nas universidades e, para além, para a percepção do alcance dessas ações no universo dos estudantes. A partir de dados específicos da pesquisa⁷, apresenta-se a Figura I.

FIGURA I – Perfil dos estudantes de graduação presencial das IFES 2018



Fonte: Elaboração Própria, 2020 (dados da V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018).

Dentre todas as pesquisas realizadas, a prevalência de mulheres na educação superior é contínua; o ano de 2018 foi o que apresentou a maior porcentagem. Apenas nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte o sexo masculino nas IFES é maioria. Sobre a média de idade, há a retomada de crescimento da participação do grupo com menos de 20 anos (18,6%), mas ainda predomina a faixa etária de 20 a 24 (49,3%). A partir dos dados de

2003 e devido às políticas de ação afirmativa nas instituições, no tocante a cor ou raça, no período de 2003 a 2018 observa-se o aumento da participação dos pardos em onze pontos percentuais e o dobro do número de pretos – em 2003 eram 5,9% do total, já em 2018, representam 12% dos participantes.

Sobre a dimensão de renda, a pesquisa demonstra que houve o acréscimo de estudantes com renda mensal bruta *per capita* de um até um e meio salário mínimo em todas as regiões do país, especialmente no norte (5,73%) e no nordeste (1,64%). O recorte de estudantes ocupados considera aqueles que efetivamente trabalham e teve decréscimo em 2018 de 5,4% em relação a 2014 (35,3%). A maioria dos discentes trabalhadores é homem, declarado preto ou pardo, solteiro e em cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Outro dado relevante é o da origem escolar: a maioria absoluta dos participantes cursou o ensino médio em escolas públicas, qualquer que seja o estado analisado, exceto no Distrito Federal.

Do universo desse perfil apresentado, cerca de 3% dos questionários foram respondidos por estudantes que cursam a graduação presencial nas universidades federais baianas. Participaram o total de 13.427 estudantes, assim distribuídos: 5.774 da UFBA, 1.906 da UFOB, 1.011 da UFSB e 4.736 da UFRB. Considerando a autonomia administrativa, os dados referentes a cada realidade são encaminhados às IFES participantes para análises particulares e subsídio à gestão institucional do PNAES. Nessa perspectiva, acredita-se que para a garantia da permanência é fundamental o reconhecimento das particularidades de cada corpo discente para o planejamento das ações de assistência nas áreas estratégicas do PNAES: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche e IX - apoio pedagógico (BRASIL, 2010).

Na pesquisa nacional, o Fonaprace (2019) divulga que 30% dos estudantes que responderam ao questionário são contemplados com algum serviço, ação ou programa ofertado pela IFES no âmbito de sua política de assistência. A maioria acessa através das ações relacionadas à alimentação

(17,3%), transporte (8,2%) e moradia (7,5%), além das bolsas institucionais (7,5%). Dentro do perfil prioritário de renda (de até um salário mínimo e meio bruto *per capita*) e origem escolar (rede pública de educação) estabelecido pelo PNAES, as IFES definem suas atividades nas áreas estratégicas. Outros serviços como atendimento médico (2,9%), psicológico (3,0%), odontológico (1,8%) e de material didático (2,1%) também são oferecidos. Áreas como apoio pedagógico (1,1%), esporte e lazer (1,1%), cultura (1%) e inclusão digital (0,4%) apresentam-se secundárias dessas ações.

A cobertura e o direcionamento do PNAES nas IFES da Bahia seguem as tendências nacionais. A partir de consulta aos sites oficiais das instituições, análise de documentos como editais públicos, resoluções e portarias, foi possível estabelecer essas congruências e também as divergências no direcionamento do PNAES pelas federais do estado. A primeira diferença observada com a execução da pesquisa refere-se à natureza do órgão administrativo responsável pela gestão do programa e à própria disponibilidade de informações relativas ao PNAES nos portais eletrônicos das universidades. UFBA, UFRB e UFSB possuem uma Pró-reitoria específica para as ações de assistência estudantil no escopo das políticas afirmativas institucionais; diferentemente, a UFOB organiza tais atividades em uma Secretaria, vinculada à Reitoria.

Analisando os quatro portais das referidas universidades no tocante à apresentação das Pró-reitorias, apenas a UFBA relaciona explicitamente seus objetivos ao Decreto nº 7.234/2010 do PNAES. A UFOB não possui uma página web para essa finalidade, fazendo a identificação do órgão gestor e também articulando a permanência com o PNAES "perguntas frequentes" sobre auxílios. Já a UFRB e UFSB irão fazer essa referência nos editais para seleção nos programas – fluxo administrativo adotado por todas as universidades para a maioria dos benefícios e serviços ofertados. Como categorização metodológica, consideramos como benefícios os auxílios e bolsas de caráter pecuniário transferidos diretamente ao discente; os

serviços são entendidos como atendimentos realizados por profissionais, o acesso a residências, transportes, ginásios poliesportivos, creches e restaurantes universitários, Núcleos especializados, entre outros. Destarte, em termos gerais, as ações relativas ao PNAES nas universidades federais baianas estão dessa maneira organizadas:

QUADRO IV – Estrutura de oferta das ações do PNAES nas Universidades baianas

PNAES	UFBA		UFRB		UFOB		UFSB	
Órgão Gestor	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da PROAE		Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE		Secretaria de Assuntos Estudantis		Pró-Reitoria de Ações Afirmativas – PROAF*	
Programa	***		Programa de Permanência Qualificada - PPQ		Programa de Apoio Financeiro ao Estudante - PAFE**		Programa de Apoio à Permanência - PAP	
	Serviço	Benefício	Serviço	Benefício	Serviço	Benefício	Serviço	Benefício
Moradia estudantil	X	X	X	X				X
Alimentação	X	X	X	X	X			X
Transporte	X	X		X				X
Atenção à saúde	X	X		X	X		X	X
Inclusão digital							X	
Cultura		X	X	X				X
Esporte		X	X	X				X
Creche	X	X		X				X
Apoio Pedagógico	X		X		X		X	
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.	X	X			X			X
Outros	X	X	X	X		X**		X
Bolsas vinculadas a projetos		X		X				X

*Recentemente foi criada a partir do desmembramento do órgão anterior, a Pró-reitoria de Sustentabilidade e Integração Social – PROSIS. **A UFOB não categoriza os auxílios em

modalidades. O tema será abordado no corpo do trabalho. *** Não localizamos no portal da UFBA uma nomenclatura geral para as ações de assistência estudantil.
Fonte: Elaboração própria, 2020 (informações dos sites institucionais).

Como Silveira (2012) ressalta em seu trabalho sobre as políticas de permanência nas universidades federais brasileiras, na Bahia também é realidade a preferência na execução das diretrizes do PNAES através dos benefícios em detrimento dos serviços. Nos três eixos principais da assistência (alimentação, transporte e moradia), apenas duas instituições possuem residências universitárias, uma o serviço de transporte e três possuem restaurantes universitários – RUs. Cabe destacar também que a oferta não é equânime nos *campi*; por exemplo, a UFBA possui apenas residência universitária na capital baiana (quatro unidades), assim como a UFRB só dispõe de restaurante na cidade sede da reitoria, Cruz das Almas. O mesmo ocorre com o RU da UFOB, instaurado apenas no campus de Barreiras. Apenas a UFBA oferece creche para os (as) filhos (as) dos estudantes e a UFSB não possui nenhum desses serviços.

Os valores pecuniários praticados nos benefícios são variáveis entre as universidades, já que as mesmas possuem autonomia na execução da política e considerando as disparidades econômicas existentes entre as cidades, relacionadas aos custos de manutenção na vida acadêmica. Por exemplo, o auxílio financeiro para moradia na UFSB é de R\$ 270,00; na UFRB, R\$ 310,00 e na UFBA o valor chega a R\$ 400,00. No auxílio creche, R\$ 150,00 por filho (a) na UFBA, enquanto a UFSB repassa ao discente a pecúnia de R\$ 321,00, independentemente do número de filhos. O auxílio alimentação da UFBA é de R\$150,00 e é ofertado na modalidade que a instituição denomina de Programa Moradia; ou seja, além do custeio de tais despesas, o estudante recebe esse valor referente à alimentação (café da manhã) e mais duas refeições no RU. É diferente das demais universidades que possuem esse tipo de auxílio, o qual é independente de outras modalidades⁸.

O Programa de Apoio Financeiro ao Estudante – PAFE da UFOB difere-se dos demais em relação a duas dimensões interessantes: 1) o edital não especifica a área do PNAES a que se destina o valor pecuniário; 2) o valor do recurso é estabelecido através do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) – uma ferramenta estatística adotada para mensurar de forma objetiva dados estudantis de diferentes naturezas. São sete indicadores que compõem o índice e classificam a vulnerabilidade socioeconômica do candidato em categorias para determinar o valor do auxílio. Os critérios de elegibilidade nos processos seletivos das universidades são semelhantes e a renda *per capita* familiar é o fator preponderante de análise. Nesse sentido, o PNAES estabelece prioridade no recorte de um salário mínimo e meio; no entanto, na UFSB o acesso ao Programa é restrito a um salário mínimo *per capita*.

A UFSB foi a única universidade em que identificamos ações específicas na área de inclusão digital com editais para concessão de aparelhos *notebooks* para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Também dispõe de seleções específicas para execução de projetos na área de cultura, esportes e promoção da saúde; ações delineadas pelos estudantes da graduação e que são realizadas nos *campi*. UFBA, UFRB e UFSB estimulam a participação discente em projetos institucionais de pesquisa e extensão através de bolsas para permanência, normalmente com valores maiores do que o disponibilizado nos auxílios. Outros serviços benéficos foram identificados na pesquisa, como aqueles para aquisição de material didático, óculos e medicamentos, emergencial, monitoria inclusiva etc.

Como também pontua Silveira (2012) e o próprio Relatório do Fonaprace (2019), as ações nas áreas de apoio pedagógico são restritas. Os serviços são ofertados em núcleos, departamentos ou setores dos órgãos gestores. Além disso, as informações disponíveis nos sites são genéricas e não elencam efetivamente as atividades desenvolvidas, a metodologia utilizada e os resultados obtidos. Acreditamos na relevância desse aspecto do PNAES

para a concretização da permanência e alcance do sucesso acadêmico – a conclusão do curso de graduação. Os trabalhos acerca da temática vêm sinalizando que as questões que influenciam a trajetória estudantil ultrapassam a dimensão material. São barreiras oriundas da formação inicial na educação básica, relação com docentes, pertencimento ao espaço universitário e condição de estudante trabalhador (DE PAULA, 2017).

As pesquisas realizadas pelo Fonaprace conjuntamente com a Andifes e instituições parceiras, como a Universidade Federal de Uberlândia, em 2018, são fundamentais para o entendimento de variados aspectos da conjuntura nacional. No entanto, alerta-se para a necessidade de aprofundamento das análises em relação às realidades institucionais com os resultados do seu próprio corpo estudantil, microdados que são enviados pelo Fórum às universidades. Apenas uma publicação referente à UFRB⁹ foi encontrada na internet em comemoração aos doze anos em território baiano e com os dados do perfil com o levantamento em 2014. A UFOB¹⁰ disponibilizou interessante infográfico referente à última pesquisa do Fonaprace. Já sobre a UFBA e UFSB não foram localizadas publicações institucionais.

Outra questão observada com a realização deste trabalho foi a ausência de dados sistematizados acerca da execução do PNAES pelos órgãos gestores da política. Exceto a UFBA¹¹, as demais universidades até mantêm informações atualizadas com lista de estudantes contemplados, número de auxílios, vagas etc. A UFOB destaca-se pelo portal da transparência estudantil¹², no qual é possível realizar consultas de despesas do programa por estudante ou campus. A UFRB disponibiliza indicadores de desempenho com quantitativos de auxílios por campus, sexo e curso, por exemplo. No entanto, não há nenhum relatório que contemple todas as atividades da instituição desenvolvidas durante o ano na esfera específica das políticas afirmativas e de assistência estudantil com elementos quantitativos e qualitativos como: número de atendimentos pelos profissionais técnicos; de auxílios, bolsas e pagamentos realizados com

recorte de renda, sexo, idade, raça ou cor, escolaridade e origem escolar; projetos realizados; demanda e oferta dos editais; justificativas e execução orçamentária do PNAES; problematização das áreas do programa que precisam ser aprimoradas; quais ações são desenvolvidas em parceria com outros órgãos da universidade; pesquisas institucionais próprias relacionadas aos serviços prestados.

Essa ausência compromete o entendimento ampliado da comunidade acadêmica acerca das ações de assistência estudantil para além da concessão de benefícios, desarticulando-a das transversalidades que possibilitam a permanência qualificada. Além disso, também não permite o acompanhamento da política pelos segmentos da sociedade, em especial os integrantes das instâncias de gestão compartilhada como os conselhos participativos. Afeta, da mesma maneira, a amplitude da análise dessas ações – por vezes reduzida à apresentação de dados quantitativos e isolados – nos processos de autoavaliação institucional.

Esses foram alguns pontos suscitados durante as reflexões e coleta dos dados deste trabalho. Outras dimensões podem (e devem) surgir quando cada universidade, com suas especificidades, estruturar esse instrumento para o monitoramento e afirmação da assistência como direito do estudante. Tal afirmação deve tornar-se pauta urgente frente às sucessivas retrações no financiamento do PNAES observadas desde 2016¹³. Apesar disso, o Fonaprace (2019) acredita que a democratização do ensino superior no Brasil já está consolidada. Coadunamos com De Paula (2017) no entendimento amplo desse processo, o qual não deve ser pensado distante da interlocução de quatro aspectos: “a do acesso/ingresso, a da permanência/conclusão, a da formação com qualidade e a da inclusão das camadas subalternizadas socialmente na educação superior” (DE PAULA, 2017, p. 305).

Considerações finais

A expansão do acesso ao ensino superior na Bahia com a estruturação da rede federal de universidades é uma realidade, principalmente com os desdobramentos do REUNI. Com duas instituições com menos de uma década de funcionamento, os desafios para a consolidação dessa expansão são grandes face ao contexto político e social atual. Por isso, neste trabalho, buscou-se analisar o PNAES nas Universidades Federais do estado a partir dos serviços e benefícios ofertados, visando contribuir para a reflexão das estratégias de gestão adotadas para a execução dessa política. A dificuldade da análise debruçou-se em um percalço central: a disposição dos dados nos sites institucionais referentes à assistência estudantil. Esse ponto focou a atenção para os possíveis entraves na realização de uma pesquisa que abarcasse a avaliação do PNAES nas universidades federais baianas e também para a fragilidade em relação à transparência e gestão dos dados necessários aos estudos do monitoramento de uma política pública.

Outra questão preocupante refere-se à urgência em apresentar e afirmar as ações de assistência estudantil como política pública vinculada a um arcabouço jurídico e que deve ser protegida na perspectiva do direito. É também o mesmo sentido do fomento indicado no texto para publicações sobre o perfil estudantil; além de ser imprescindível para o alinhamento entre o público-alvo e a diretriz institucional, proporciona o reconhecimento dos sujeitos no ambiente universitário.

As universidades federais na Bahia acompanham a tendência nacional de priorização da oferta de auxílios e benefícios em detrimento dos serviços. Ao mesmo tempo, e nas recentes universidades, percebem-se novas formas de atuação; o caminho ainda é longo. A coleta de dados sem intervenção é apenas vento passageiro que não chacoalha nem muda direções; por isso, sugere-se às instituições pesquisadas a reformulação das páginas eletrônicas que tratam dos programas e ações da assistência

estudantil; também o compartilhamento de experiências em espaços institucionalizados de debate, como fóruns e congressos, para o aprofundamento de questões teórico-metodológicas relativas à execução do PNAES. Esse esforço conjunto direcionará a assistência estudantil da rede federal de ensino superior da Bahia para a perspectiva do acesso e sistematização de informações, proporcionando o monitoramento e controle social da política. Serão avassaladores, porém, bons ventos.

Notas

¹Discutindo o surgimento, estrutura e formação do ensino superior no Brasil na perspectiva histórica, destacamos os trabalhos de Soares (2002), Ferreira Júnior (2010) e Neves e Martins (2016), fundamentais para o entendimento das políticas educacionais adotadas, principalmente, a partir dos anos 2000.

² “Analisando as políticas neoliberais no contexto da educação, o neoliberalismo pode ser entendido como o enfraquecimento dos Estados Nacionais em detrimento do seu poder interventor nas instituições privadas. As estratégias de aplicação dessas políticas não se limitam ao campo educacional. Expandem aos âmbitos que remetam ao controle e à regulação social pelas instituições privadas” (OLIVEIRA, 2011, p.99).

³ A taxa bruta refere-se ao “total de pessoas que frequentam cursos superiores de graduação (independentemente da idade) em relação ao total da população em idade considerada adequada para cursar esse nível de ensino” (BRASIL, 2020, p. 262).

⁴ A Taxa Líquida de Matrícula-TLM considera o percentual da população de uma determinada faixa etária, matriculada em um nível de ensino de referência, em relação ao tamanho total da população dessa faixa. A TLE aperfeiçoa a TLM já que também incorpora o percentual da população que está dentro da idade de referência, mas que já concluiu o nível de ensino em questão (BRASIL, 2020).

⁵Importante destacar que apesar do funcionamento de duas outras instituições no território, a Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, neste trabalho consideramos como rede federal aquelas que possuem sede administrativa no Estado. A Univasf tem sua reitoria instalada na cidade de Petrolina (PE) e a da Unilab localiza-se em Redenção (CE).

⁶A partir do Censo de 2014, o INEP desagrega o total de vagas ofertadas pelas IES no país em categorias: vagas novas, programas especiais e vagas remanescentes. No quadro III, foram considerados os números referentes às novas vagas ofertadas pelas Universidades federais baianas a cada ano uma vez que não encontramos referência as outras modalidades de vagas nos anos anteriores.

⁷ O desenho metodológico da pesquisa e os resultados estão disponíveis no Relatório da V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018. Publicação disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: junho de 2020.

⁸Não foram identificados explicitamente os critérios utilizados para a definição dos valores dos benefícios nos sites institucionais de nenhuma das universidades.

⁹ Disponível em: <https://issuu.com/ufrb/docs/issuu>. Acesso em: 20 de julho de 2020 às 17:30.

¹⁰Disponível em: <https://ufob.edu.br/noticias2/item/2432-pesquisa-revela-o-perfil-dos-estudantes-da-ufob>. Acesso em: 20 de julho de 2020 às 17:37.

¹¹Foram encontradas informações dispersas dos anos de 2014, 2015, 2016. Existe uma aba no site PROAE em números, mas ainda está “em construção”.

¹²Em:<https://proplan.ufob.edu.br/transparencia/paineis-da-transparencia/transparenciaestudantil>

¹³ Por seu turno, o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$987 milhões em 2017 e R\$957 milhões em 2018 (FONAPRACE, 2019, p. 3).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05 de dezembro de 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25/04/2007, p. 7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20/07/2010, p.5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Inep, 2020.

BOAVENTURA, Edivaldo. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAMARGO, Arlete Maria; MEDEIROS, Luciene. Expansão da educação superior, cursos de licenciatura e criação das novas universidades federais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 47, p. 244-274, jan./mar. 2018.

DE PAULA, Maria de Fátima. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 301-315, jul. 2017.

FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. (Coleção UAB-UFSCar)

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: Fonaprace, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em: junho de 2020.

IMPERATORI, Thaís. (2017) A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, SP/Brasil, n. 129, p. 285-303.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2000**. Brasília: Inep, 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 06 de junho de 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2007. **Portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

MOTA JÚNIOR, Antônio; TORRES, Henderson. Educação Superior no estado da Bahia: contexto histórico e expansão da oferta. **Plurais Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 2, n.2, p. 83-106, abr./ago. 2017

NEVES, Clarissa; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (Org.). **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea; 2016. p.95-124.

OLIVEIRA, Crispiniano Carneiro de. **Educação superior pública na Bahia pós LDB/96: Expansão e financiamento 1995-2009**. 291fl. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA, 2011.

PEREIRA, Potyara. Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., SILVA, V. R. (orgs.). **A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013. p. 15-26.

SILVEIRA, Míriam. **Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-graduação em Política Social. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, 2012.

SOARES, Maria Susana Arrosa. (Coord.). **A educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe/IESALC – Unesco, 2002.

VINHAI, Henrique. **Estudo sobre o impacto da expansão das universidades federais no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Mariana Carlos de Andrade Lyra

Especialista em Serviços Sociais e Políticas Públicas (UCAM), mestranda em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB), Assistente Social do Campus Jorge Amado, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna-BA, mca.lyra@hotmail.com, [membro do grupo de pesquisa Educação, Avaliação e Tecnologias \(GEAT\)](#), ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3897-8402>

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Doutora em Educação (UFBA). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas-BA, vinculada ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), e-mail: rose.mubarack@ufrb.edu.br , líder do grupo de pesquisa Educação, Avaliação e Tecnologias (GEAT), <http://orcid.org/0000-0002-9901-2495>.

APÊNDICE I - Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os participantes da pesquisa



Programa de Pós-Graduação em Gestão
de Políticas Públicas e Segurança Social
Curso de Mestrado Profissional

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **OBSERVATÓRIO DO PERFIL ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**, de responsabilidade da pesquisadora Mariana Carlos de Andrade Lyra – discente do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – sob orientação da Prof.^a Dra Rosineide Pereira Mubarak Garcia. Este estudo visa contribuir para o aprimoramento da gestão da UFSB através do conhecimento acerca do perfil de seu corpo discente. Dessa forma, compreende-se que a gestão das políticas institucionais pode ser realizada de maneira mais eficaz.

Como produto final, será elaborado um banco de dados com as informações obtidas, o qual será apresentado à gestão da UFSB em forma de relatório técnico e à comunidade acadêmica como encarte infográfico.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o Sr (a) não será identificado (a). A presente autorização abrange uso dos dados em mídia impressa - (livro, revista e/ou jornal), divulgação científica de pesquisas e relatórios, para arquivamento e formação de acervo histórico. Não haverá qualquer ônus para a pesquisadora, para as instituições envolvidas e/ou seus participantes. Você poderá ter direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (seção "IV.3" da resolução 466/12) e receberá, via e-mail, uma cópia desse termo (seção IV.5, letra "d"; da resolução 466/12).

Este trabalho envolve um risco referente ao possível desconforto nas respostas às questões propostas e tempo disponível para preencher o instrumento de cerca de 20 minutos. A realização da pesquisa não garante ações institucionais,

mas ressaltamos que a mesma poderá contribuir para a construção de um espaço universitário condizente com a realidade do corpo discente.

Caso queira, o (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Caso você concorde em participar, vamos fazer algumas perguntas para você seguindo um roteiro de *questionário*.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos em arquivos pessoais, "Após finalizada a pesquisa", segundo a letra "f" do décimo primeiro tópico da resolução 466/12. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

A qualquer momento você poderá solicitar novas informações sobre o trabalho através do e-mail: mca.lyra@hotmail.com ou pelo telefone 73 3215-5206.

O comitê de ética pode ser consultado exclusivamente para esclarecimentos éticos da pesquisa, de acordo o subtópico "VIII.2" do tópico "VIII –DOS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) ATRIBUIÇÕES:" da resolução 466/12. É possível contatá-lo através do e-mail: cep@ufsb.edu.br.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler para dirimir as minhas dúvidas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Nome do Pesquisador: Mariana Carlos de Andrade Lyra – mca.lyra@hotmail.com

Orientador da pesquisa: Prof. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social

Núcleo de Gestão de Ensino de Pós-Graduação

Campus de Cruz das Almas

Rua Rui Barbosa, 710,

Cruz das Almas, Bahia, CEP 44.380-000

E-mail: mp_gppss@ufrb.edu.br

Telefone: (75) 3621-6366

APÊNDICE II– Questionário Perfil discente
(para elaboração em Google Forms ® com opções em faixa suspensa)

Questionário - Perfil discente do Programa de Apoio à Permanência da UFSB

Olá! Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa *OBSERVATÓRIO DO PERFIL ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA*, de responsabilidade da pesquisadora Mariana Carlos de Andrade Lyra, discente do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. A pesquisa visa contribuir para o aprimoramento da gestão institucional da UFSB.

Para participar basta responder as perguntas elencadas a seguir. Ressaltamos que sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, você jamais será identificado nos resultados e publicações desta pesquisa. Este trabalho tem finalidades somente acadêmicas e científicas e segue a resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

- Concordo em participar da pesquisa (li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) – [[link para apêndice A](#)]
- Não concordo em participar da pesquisa.

BLOCO I – Perfil Socioeconômico

Bloco A – Identificação

1. Nome: _____
2. Nome social (caso possua) _____
3. E-mail: _____
4. Idade: _____
5. Campus/Cuni _____
6. Curso _____
7. Identidade de gênero: () Mulher CIS () homem CIS () Mulher Trans () homem Trans
() Não Binário () ainda não me decidi sobre o assunto () prefere não responder
8. Identidade sexual: () Gay () Hétero () bissexual () Lésbica
() outra: _____ () ainda não me decidi sobre o assunto () prefere não responder
9. Etnia declarada: () preta () branca () parda () amarela () indígena () quilombola
() outra _____ () ainda não me decidi sobre o assunto () prefere não responder
10. Orientação religiosa/religião: () católico () protestante () cristão () umbandista
() candomblé () espírita () Judeu () Hinduísmo () Budismo () Islamismo
() Ateu () outra _____ () ainda não me decidi sobre o assunto () prefere não responder

Bloco B – Perfil Estudantil

1. Mudou-se de Município/Cidade para estudar na UFSB? () não () sim. Qual cidade morava anteriormente? _____ ()prefiro não responder.
2. Se sim, mudou-se de Estado para estudar na UFSB? () não () sim. Vem de qual estado? _____ ()prefiro não responder.
3. Como conheceu a UFSB? () amigos e/ou familiares estudam na UFSB ()através de amigos e/ou familiares () através de pesquisa de instituições na Internet () através da caravana de ações afirmativas da instituição () não lembro () outro _____ ()prefiro não responder.
4. A UFSB foi sua primeira opção de Universidade? () não () sim ()prefiro não responder.
5. Por que escolheu a UFSB (possibilidade de marcar mais de uma opção)? () Pelo Projeto pedagógico da Universidade () pelo curso oferecido () Por ter um CUNI na minha cidade e/ou próximo () menor distância da minha casa/cidade () maior distância da minha casa/cidade () pelo número de vagas () pelo número de vagas no sistema de cotas () pela possibilidade de participar do Programa de Apoio à Permanência (auxílios e bolsas) () Não fui selecionado na Universidade de preferência ()outra _____
6. Qual o curso que atualmente está matriculado? () ABI () LI - Artes e suas tecnologias () - Ciências da Natureza e suas tecnologias () LI - Ciências Humanas e Sociais e suas tecnologias () LI - Linguagens e Códigos e suas tecnologias () LI - Matemática e Computação e suas tecnologias () BI - Artes () BI - Ciências () BI - Humanidades () BI – Saúde
 - 6.1 O curso atual foi sua primeira opção na UFSB? () não () sim ()prefiro não responder.
 - 4.2 Em qual (is) Campus/CUNI atualmente estuda (possibilidade de marcar mais de uma opção):
() Campus Jorge Amado () Campus Sosígenes Costa () Campus Paulo Freire () Cuni Coaraci () Cuni Ibicaraí () Cuni Ilhéus () Cuni Itabuna () Cuni Porto Seguro () Cuni Santa Cruz de Cabrália () Cuni Teixeira de Freitas () Cuni Itamaraju ()prefiro não responder
 - 1.2 Atualmente, você cursa os Componentes Curriculares no seu Campus/Cuni em que está matriculado? () sim () não () prefiro não responder
7. Se está em curso de 1º ciclo, pretende migrar para o 2º ciclo? () não () sim () não sabia que posso migrar para cursos de 2º ciclo () prefiro não responder
 - 6.1 se sim, qual curso pretende migrar? () Engenharia Florestal () Engenharia Agrícola e Ambiental () Engenharia Ambiental e da Sustentabilidade () Artes do Corpo em Cena () Som, Imagem e Movimento () Biologia () Oceanologia () Antropologia () Direito () História () Psicologia () Medicina () ainda não decidi ()prefiro não responder
8. Se está em curso de 2º ciclo, pretende migrar para o 3º ciclo? () não () sim () não sabia da existência dos cursos de 3º ciclo ()prefiro não responder.
 - 7.1 Se sim, qual curso pretende migrar? () Especialização em Dramaturgias Expandidas do Corpo e dos Saberes Populares (EDramaturgias) () Especialização em Engenharia Ambiental e Urbana

- (PPGEAU) () Especialização em Pedagogia das Artes (EPARTES) () Especialização em Saúde Coletiva (PPG-ESC) () Pós Graduação em Agroecologia e Educação do Campo (PGAEC) () Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA) – Mestrado () Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) – Mestrado () Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) - Mestrado () Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) – Doutorado () Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PROFSAÚDE) – Mestrado () ainda não decidi () prefiro não responder
9. Desde que ano está na UFSB? () 2014 () 2015 () 2016 () 2017 () 2018 () 2019 () prefiro não responder
9. Utilizou o sistema de cotas para ingressar na UFSB?¹⁵ () não, sou ampla concorrência seleção SISU para Campus () não, sou ampla concorrência seleção CUNI () sim, L1 CUNI () Sim, L2 CUNI () Sim, L5 CUNI () Sim, L6 CUNI () sim, L9 CUNI () Sim, L10 CUNI () sim, L13 CUNI () Sim, L14 CUNI () sim, L1 CAMPUS () Sim, L2 CAMPUS () Sim, L5 CAMPUS () Sim, L6 CAMPUS () sim, L9 CAMPUS () Sim, L10 CAMPUS () sim, L13 CAMPUS () Sim, L14 CAMPUS () sim, Supranumerárias – Indígena () sim, Supranumerária - Quilombola () sim, mas não lembro a cota utilizada () prefiro não responder;
10. Se já realizou a migração entre os ciclos, utilizou o sistema de cotas? () não () sim () não se aplica, ainda não migrei () prefiro não responder
11. Atualmente, recebe algum auxílio do Programa de Apoio à Permanência da PROSIS? () não () nunca recebi auxílios do Programa de Apoio à Permanência () sim () prefiro não responder
12. Auxílio (s) e/ou bolsa que atualmente recebe: () BAP () monitoria inclusiva () aux. Alimentação () aux. Transporte () aux. Moradia () aux. Emergencial () instalação () creche () intercâmbio () mobilidade interna () prefere não responder
13. Você conhece o Plano Orientador da Universidade? () não () sim () prefiro não responder.

¹⁵ GRUPO L1 – Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

GRUPO L2 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

GRUPO L5 – Candidatos que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

GRUPO L6 – Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

GRUPO L9 – Candidatos com deficiência que tenha renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

GRUPO L10 – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública.

GRUPO L13 – Candidatos com deficiência que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

GRUPO L14 – Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

14. Atualmente participa de atividades/grupos de pesquisa e/ou extensão da UFSB? () não () não, mas já participei anteriormente () não sabia da existência de grupos de pesquisa e/ou extensão () sim () sim, participo de mais de um grupo de pesquisa e/ou extensão () prefiro não responder.
15. Atualmente recebe Bolsa de Iniciação Científica? () sim () não () prefere não responder
16. Como avalia seu conhecimento sobre a estrutura administrativa da UFSB (pró-reitorias, conselhos, comissões, setores)? () extremamente satisfatório () satisfatório () bom () regular () ruim () péssimo

Bloco C – Perfil Socioeconômico e familiar

1. Quais as suas condições habitacionais? () Casa alugada/república com outros estudantes no município do campus () Casa alugada/república com outros estudantes em outro município () República financiada pelo município de origem () Casa alugada em zona rural de outro município () Casa alugada em zona rural do município do Campus () Casa alugada em outro município () Casa alugada no município do Campus () Casa alugada em Comunidade Indígena () Casa alugada em Comunidade Quilombola () Casa alugada – aluguel social zona urbana () Casa alugada – aluguel social zona rural () Casa de familiares no município do Campus () Casa cedida em zona rural de outro município () Casa cedida em zona rural do município do Campus () Casa cedida em outro município () Casa cedida no município do Campus () Casa própria em zona rural de outro município () Casa própria em zona rural do município do Campus () Casa própria em Comunidade Indígena () Casa própria em Comunidade Quilombola () Casa própria zona urbana em outro município () Casa própria zona urbana no município do Campus () Casa própria proveniente de programas habitacionais populares. () Reside em Assentamento () Em situação de rua () Reside em acampamento cigano () Morando “de favor” na casa de amigos/parentes” () Casa financiada em zona periférica em outro Município () Casa financiada em zona urbana em outro Município () prefiro não responder
2. Estado civil: () Solteiro(a) sem filhos () Solteiro(a) com filhos () Casado(a) ou união estável sem filhos ou outros dependentes () Casado(a) ou união estável com filhos ou outros dependentes () Viúvo(a) sem filhos e outros dependentes () Viúvo(a) com filhos ou outros dependentes () Divorciado (a) sem filhos ou outros dependentes () Divorciado (a) com filhos ou outros dependentes. () prefiro não responder
3. Se tiver filhos, quantos são? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de cinco () não se aplica
- 4.1 Por favor, informar a (s) idade (s): _____ () prefiro não responder
4. Qual o número de membros da família (contando com você)? () Um membro () Dois membros () Três membros () Quatro Membros () Cinco Membros () Seis Membros () Sete Membros () Oito ou mais Membros.
5. Está, atualmente, trabalhando/estágio remunerado? () sim () não () prefiro não responder

6. Qual o número de membros da família (contando com você) com rendimentos*? : () Um membro () Dois membros () Três membros () Quatro Membros () Cinco Membros () Seis Membros () Sete Membros () Oito ou mais Membros. () prefiro não responder
7. Renda bruta familiar per capita?¹⁶: () R\$ 0,00 a 59,10 () R\$ 59,11 a 118,2 () R\$ 118,21 a 177,3 () R\$ 177,31 a 236,4 () R\$ 236,41 a 295,5 () R\$ 295,51 a 354,6 () R\$ 354,61 a 413,7 () R\$ 413,71 a 472,8 () R\$ 472,81 a 531,9 () R\$ 531,91 a 591 () R\$ 591,01 a 650,1 () R\$ 650,11 a 709,2 () R\$ 709,21 a 768,3 () R\$ 768,31 a 827,4 () R\$ 827,41 a 886,5 () mais de 937,00. () prefiro não responder
6. Origem da renda principal do grupo familiar (maior renda): () Não Possui Renda. () Benefícios Sociais do Governo () Aposentadoria e/ou Pensão e/ou Auxílio Doença () Renda oriunda de pensão alimentícia () Trabalho Rural, Pesca, Garimpo () Trabalho autônomo e/ou informal () Renda oriunda de aluguel ou arrendamento () Propriedade ou participação em Microempresa () Estágio Remunerado em Instituições Públicas ou Privadas () Trabalho na categoria CLT/ REDA / PST () Serviço Público Municipal, estadual ou federal. () doações de familiares e/ou terceiros () outra: _____ () prefiro não responder
7. Se você trabalha, a sua renda é a principal? () sim () não () não se aplica, não trabalho () prefiro não responder.
8. Onde cursou o ensino médio? () Estudou integralmente em escola pública. () Estudou parcialmente em escola privada com bolsa parcial () Estudou parcialmente em escola privada com bolsa integral () Estudou integralmente em escola privada com bolsa parcial () Estudou integralmente em escola privada sem bolsa () Estudou integralmente em escola privada com bolsa integral. () prefiro não responder
10. Qual o (s) meio (s) de transporte utilizado (s) para deslocar-se às aulas da UFSB/CUNIS/CIEs (possibilidade de marcar mais de uma opção) : () Bicicleta () A pé () Transporte Coletivo () Motocicleta particular () Carro particular () Transporte municipal/escolar sem custos () Transporte/carona fretado/associações () Carona (sem custo) () prefiro não responder

Bloco D - Acesso a serviços de saúde, cultura, esporte e lazer

1. Você possui plano de saúde privado? () sim () não () prefiro não responder.
2. Você possui plano odontológico? () sim () não () prefiro não responder.
3. Você frequenta a unidade de saúde da família do seu bairro? () sim () não () às vezes () somente quando preciso dos serviços () prefiro não responder.

¹⁶ Considera-se renda familiar per capita os rendimentos brutos obtidos mensalmente pelos membros da família (salários, proventos, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio e de eventuais pessoas jurídicas), somados e divididos pelo número de pessoas que compõem o grupo familiar (a/o própria/o estudante, cônjuge, companheiro/a, mãe/pai, madrasta/padrasto, avós, irmãos/ãs solteiros/as, enteadas/os solteiras/os e menores tuteladas/os e/ou pessoas com vínculo de dependência econômica e laços de afetividade. Estão excluídos desse cálculo: Benefícios socioassistenciais como o Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família; rendas como 13º e férias nos contracheques considerados.

4. Possui algum problema de saúde que necessita de tratamento/acompanhamento regular? () sim
() sim, tenho problema de saúde, mas não preciso de tratamento/acompanhamento regular () não ()
prefiro não responder.
5. Com que frequência vai a consultas médicas? () pelo menos uma vez por semestre () mais de duas
vezes por semestre () somente quando preciso dos serviços () não me lembro da última vez que fui
ao médico () prefiro não responder.
6. Com que frequência vai a consultas odontológicas? () sempre, pois, uso aparelho ou faço tratamento
odontológico () pelo menos uma vez por semestre () mais de duas vezes por semestre () somente
quando preciso dos serviços () não me lembro da última vez que fui ao dentista () prefiro não
responder.
7. Usa óculos? () sim () não () Já fui examinado: preciso, mas não utilizo () acho que preciso ()
prefiro não responder.
8. Realiza atividades físicas regularmente? () sempre, pelo menos três vezes por semana. () sempre,
quatro vezes por semana () sempre, mais de quatro vezes por semana () às vezes, pelo duas vezes
por semana () nunca.
9. Realiza algum esporte específico em sua rotina? () sim, sou atleta profissional () sim, considero-me
atleta () sim () não () prefiro não responder.
10. Já participou de atividades de esporte promovidas pela UFSB? () sim, participaria novamente () sim
() não () não, mas participaria. () prefiro não responder.
11. Já teve acesso a algum desses eventos de lazer (pode marcar mais de uma opção) ? () cinema ()
peças teatrais () Shows () Musicais teatrais () ópera () parque aquático () parques temáticos
() feiras literárias () jogos olímpicos () jogos de futebol () circo
12. Já participou de atividades de lazer promovidas pela UFSB? () sim, participaria novamente () sim
() não () não, mas participaria. () prefiro não responder.
13. Já participou de eventos científicos ou culturais como seminários, projetos, feiras, congressos,
encontros custeados com o auxílio eventos da UFSB? () sim () não () prefiro não responder.
14. Já recebeu auxílio eventos da UFSB? () sim () não () prefere não responder
15. Você já procurou atendimento psicológico alguma vez em sua vida? () Sim, nos últimos 12 meses ()
Sim, estou em acompanhamento () Sim, há mais de um ano () Não () prefiro não responder
16. Alguma vez na sua vida você já tomou medicação psiquiátrica, mesmo que tenha sido por pouco
tempo? () Sim, estou tomando () Sim, já tomei, mas não tomo mais () Não, nunca tomei ()
prefiro não responder
17. Com que frequência você faz uso de bebidas alcoólicas? () Nos finais de semana () Várias vezes por
semana () Todos os dias () Ocasionalmente () Nunca () prefiro não responder
18. Com que frequência você faz uso de tabaco (cigarro ou outros)? () Nos finais de semana () Várias
vezes por semana () Todos os dias () Ocasionalmente () Nunca () prefiro não responder

19. Com que frequência você faz uso de drogas não lícitas? () Nos finais de semana () Várias vezes por semana () Todos os dias () Ocasionalmente () Nunca () prefiro não responder

Bloco E – Acessibilidade e Inclusão digital

1. Você possui algum tipo de deficiência? () Não. () Sim, deficiência física que necessita de uso de equipamentos/aparelhos e afeta o desenvolvimento de atividades e da participação. () Sim, deficiência física que necessita de uso de equipamentos/aparelhos, mas não afeta o desenvolvimento de atividades e da participação. () Sim, deficiência física que não necessita de equipamentos/aparelhos, mas afeta o desenvolvimento de atividades e da participação. () Sim, deficiência física que não necessita de equipamentos/aparelhos e nem afeta o desenvolvimento de atividades e da participação. () Sim, possui doença psiquiátrica que necessita acompanhamento regular e/ou intervenção medicamentosa e afeta o desenvolvimento de atividades e da participação. () Sim, possui doença psiquiátrica que não necessita acompanhamento regular e/ou intervenção medicamentosa. () Sim, possui comorbidades e necessita de acompanhamento contínuo. () Sim, possui comorbidades, mas não necessita de acompanhamento contínuo. () Prefiro não responder

2. Possui necessidades especiais para assistir às aulas (intérprete de libras, acessibilidade para cadeira de rodas, cadeiras e/ou mesas especiais, etc.)? () sim () não () prefiro não responder.

3. Necessitaria de bolsista de monitoria inclusiva para auxiliá-lo na sua rotina acadêmica? () sim () não () prefiro não responder

4. Possui, atualmente, equipamento de notebook cedido pela UFSB? () sim () sim, mas está na manutenção () não, nunca tive () não, mas já tive () não sabia da possibilidade de cessão do equipamento pela Universidade () prefiro não responder

5. Já tinha familiaridade com equipamento de notebook antes de começar a estudar na UFSB? () sim () sim, mas pouca familiaridade () sim, mas bem pouca familiaridade () não () prefiro não responder.

Bloco F – Dificuldades estudantis

1. Quais dessas dificuldades interferem significativamente na sua vida ou no contexto acadêmico? (Pode marcar mais de uma opção) () Adaptação a novas situações (cidade, moradia, distância da família, entre outras) () Relacionamento familiar () Relacionamento social / interpessoal () Relações amorosas / conjugais () Situação de violência física () Situação de violência sexual () Situação de violência psicológica () Conflito de valores / conflitos religiosos () Discriminações e preconceitos () Dificuldades de acesso a materiais e meios de estudo (livros, computador, outros) () Dificuldades financeiras () Dificuldade de aprendizado () Falta de disciplina / hábito de estudo () Carga horária excessiva de trabalho () Carga excessiva de trabalhos estudantis () Relação professor (a) – estudante () Não tenho dificuldades () prefiro não responder
2. Assinale as dificuldades emocionais que tem interferido na sua vida acadêmica nos últimos 12 meses: (Pode marcar mais de uma opção): () Ansiedade () Tristeza persistente () Timidez excessiva () Medo

/ pânico () Insônia ou alterações significativas de sono () Sensação de desamparo/ desespero/ desesperança () Sensação de desatenção/ desorientação/ confusão mental () Problemas alimentares (grandes alterações de peso ou apetite; anorexia; bulimia) () Desânimo, falta de vontade de fazer as coisas () Sentimento de solidão () Ideia de morte () Pensamento suicida () Nenhuma () prefiro não responder

3. No seu curso atual, você já fez trancamento geral de matrícula? () Sim, por insatisfação com o curso () Sim, por impedimento de saúde () Sim, por motivo de trabalho () Sim, por impedimento financeiro () Sim, por licença maternidade () Sim, por dificuldade de aprender os conteúdos das disciplinas () Sim, por risco de ser jubilado () Sim, por outro motivo () Não () prefiro não responder

APÊNDICE III – Instrumento coleta de dados Universidades Federais do Brasil

ROTEIRO DE COLETA DE DADOS PÚBLICOS

Universidade:		
Site institucional:		
Coleta de dados realizada em:		Horário:
Sigla:	UF:	Região: <input type="checkbox"/> Norte <input type="checkbox"/> Nordeste <input type="checkbox"/> Sul <input type="checkbox"/> Sudeste <input type="checkbox"/> Centro-oeste
Data/ano de fundação:		Idade:
Personalidade Jurídica:		Lei de criação:
Cidade sede da reitoria:	Capital da UF? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Número de Campus:		
Número de cursos de graduação		
Número de egressos/formados em 2019:		
Vagas ofertadas em 2020:		
Descrição dos Campi: * Município sede e número de cursos		
Possui Programas: <input type="checkbox"/> Lato Sensu () <input type="checkbox"/> Stricto Sensu (mestrado) () <input type="checkbox"/> Stricto Sensu (Doutorado) () <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado ()		
Possui publicação sobre perfil estudantil? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Publicação não encontrada		
Alocação orçamentária recebida em 2019:		
Fonte da informação:		
Ano do último Relatório de Gestão Publicado no site oficial:		
Observações:		

Identidade visual:



APÊNDICE IV – Instrumento de coleta de dados Sinopses Estatísticas INEP

Ano	Dado	Nº de referência e nome da Planilha – Sinopses estatísticas Censo INEP	Célula
2008	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2008;	H159
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2008;	G159
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2008	G159
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2008	G159
2009	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2009;	G159
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2009;	G159
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2009	G159
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2009	G159
2010	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2010;	G123
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2010;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2010.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2010	G123
	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de	G123

2011		Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2011;	
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2011;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2011.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2011	G123
2012	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2012;	G119
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2012;	G119
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, em 30/06, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2012.	
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2012.	G119
2013	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013;	G123
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013.	G123
2014	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014;	M122
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014;	G121
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014.	G121
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e	G121

		Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2014.	
2015	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2015;	M124
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2015;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2015.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2015.	G123
2016	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2016;	N124
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2016;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2016.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2016.	G123
2017	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017;	N124
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017.	G123
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2017.	G123
2018	Ingressos	4.1 - Número Total de Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e todas as Formas de Ingresso, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018;	N124
	Vagas	4.2 - Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos e Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos, nos Cursos de Graduação Presenciais, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018;	G123
	Matrículas	5.1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior),	G123

		segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018.	
	Concluintes	6.1 - Número de Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018.	G123

Planilha de referência nas Sinopses Estatísticas de 2018 e de 2008: “Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES”

DADO	Anos		
	2000	2008	2018
IES Públicas	*	D158	G121
Universidade Federal	*	G159	G123
Instituto Federal	*	P159	P123
Universidade Estadual	*	G160	G124
IES Privadas	*	D162	D126
Total de IES	*	D157	D121

*Ano 2000: documento publicado em formato “PDF” pelo INEP.

APÊNDICE V– Instrumento de coleta de dados PNAES/Universidade

Universidade		
Site institucional		
Órgão de gestão do PNAES		
Possui relatório próprio de execução do PNAES na IFES?		
Último Relatório de Gestão publicado no site		
Possui publicação própria sobre o perfil estudantil?		
PNAES		
Programa institucional:		
Eixos	Serviço	Benefício
Moradia estudantil		
Alimentação		
Transporte		
Atenção à saúde		
Inclusão digital		
Cultura		
Esporte		
Creche		
Apoio Pedagógico		
Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.		
Outros		
Definição dos objetivos do órgão de acordo com o site institucional:		
Observações:		

**APÊNDICE VI– Instrumento para levantamento de revistas para
publicação**

Nome da revista:
Instituição:
Área de concentração:
Qualificação:
Forma de publicação: <input type="checkbox"/> Editais periódicos <input type="checkbox"/> Fluxo contínuo
*Cronograma para envio de proposta: envio contínuo
Template? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Periodicidade de publicação:
Exigências para publicação:
Observações:

ANEXO I – Processo de cadastro na Plataforma Brasil

15/08/2020

Plataforma Brasil

BRASIL



MARIANA CARLOS DE ANDRADE LYRA - Pesquisador | V3.2

Cadastros

Sua sessão expira em: 38min 58

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Observatório do perfil estudantil da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
 Pesquisador Responsável: MARIANA CARLOS DE ANDRADE LYRA
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE:
 Submetido em:
 Instituição Proponente: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
 Situação da Versão do Projeto: Em Edição
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão em Tramitação (PO) - Versão 1
- Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
PO	MARIANA CARLOS DE ANDRADE LYRA	1			Em Edição	Não	

HISTÓRICO DE TRÂMITES

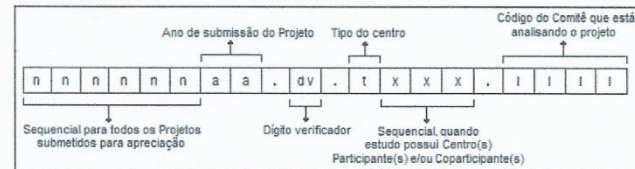
Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
------------	-----------	--------------	--------	--------	--------	---------	-------------

LEGENDA:

(*) Apreciação

PO = Projeto Original de Centro Coordenador POP = Projeto Original de Centro Participante POC = Projeto Original de Centro Coparticipante
 E = Emenda de Centro Coordenador Ep = Emenda de Centro Participante Ec = Emenda de Centro Coparticipante
 N = Notificação de Centro Coordenador Np = Notificação de Centro Participante Nc = Notificação de Centro Coparticipante

(*) Formação do CAAE



[Voltar](#)

Suporte a sistemas: 136 - opção 8 e opção 3, solicitar ao atendente suporte Plataforma Brasil.
 Fale conosco: Clique para enviar mensagem para a Plataforma Brasil



ANEXO II – Folha de rosto submetida à Plataforma Brasil



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Observatório do perfil estudantil da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 2947			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MARIANA CARLOS DE ANDRADE LYRA			
6. CPF: [REDACTED]		7. Endereço (Rua, n.º): [REDACTED]	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: [REDACTED]	10. Outro Telefone:	11. Email: mca.lyra@hotmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do paramProjeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao paramProjeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>23 / 05 / 2019</u> <u>Mariana Carlos de Andrade Lyra</u> Assinatura</p>			
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB		13. CNPJ: 07.777.800/0001-62	14. Unidade/Orgão: Centro de Estudos A. A. Biológicos
15. Telefone: (75) 3621-1293		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>Alexandre Almassy Junior</u> CPF: [REDACTED]</p> <p>Cargo/Função: <u>COORDENADOR PPGGPPS</u></p> <p>Data: <u>23 / 05 / 2019</u> <u>Alexandre A. Almassy Jr</u> Coordenador PPGGPP CCAAB - UFRB Assinatura</p>			
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO III – Artigo Publicado nos anais do Seminário GEPRÁXIS 2019



VII Simpósio Nacional e III Conferência Internacional
Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional
 Vitória da Conquista - BA
 e-ISSN: 2596-7613

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Programa de Pós-Graduação em Educação

A GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

Mariana Carlos de Andrade Lyra
 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rosineide Pereira Mubarak Garcia
 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Resumo: este artigo objetiva apresentar marcos teórico e as reflexões norteadoras de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. O trabalho tem como locus a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e apresenta o escopo de reafirmar o ensino superior público como direito social, enfatizando a importância de políticas de permanência a partir do conhecimento do perfil da comunidade acadêmica. Nesse sentido, o artigo delinea, primeiramente, considerações acerca da relevância de políticas educacionais e sua relação com a fundação da UFSB, assim como, discorre sobre a gestão educacional na instituição e a permanência estudantil, focando o contexto brasileiro e enunciando categorias teóricas principais a partir de Secchi (2013), Imperatori (2017), Dutra e Santos (2017), Dias, (2008), Souza, (2014), Lynch, (2018) dentre outros. Os resultados preliminares já revelam que é uma pesquisa pioneira na instituição, pois versa sobre o perfil dos estudantes dos cursos de graduação da UFSB, a ser estruturada em uma base de dados quantitativo, organizados em categorias e subcategorias, visando contribuir para construção de estratégias de gestão e tomada de decisão nas políticas institucionais da UFSB.

Palavras chave: Políticas públicas. Política Estudantil. Ensino superior.

1. Introdução

A educação é um direito social de todos, constitucionalmente garantido, dever do Estado e da família que será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Nas legislações infraconstitucionais, as diretrizes para o exercício desse direito irão ser delineadas e a educação ganha sua forma: educação infantil, básica (pré-escola, o ensino fundamental e o médio) e o ensino superior.

Livre à iniciativa privada, os serviços de educação são ofertados pelos entes da federação brasileira: a União, os Estados e Municípios. Cada um deles possui prerrogativas e preferências para a concretização do direito à educação. O sistema federal de ensino compreende as instituições mantidas com recursos da União, abrangendo as universidades

Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 698-714, maio, 2019.

698

ANEXO IV – Artigo Publicado no Brazilian Journal of Development



**Brazilian Journal of
Development**

DECLARAÇÃO

A Revista Brazilian Journal of Development, ISSN 2525-8761 avaliada pela CAPES como Qualis B2, declara para os devidos fins, que o artigo intitulado “A gestão das políticas de acesso e permanência estudantil da Universidade Federal do sul da Bahia” de autoria de, *Mariana Carlos de Andrade Lyra, Rosineide Pereira Mubarak Garcia*, foi publicado no v. 6, n. 8, p. 62692-62706.

A revista é on-line, e os artigos podem ser encontrados ao acessar o link:
<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/issue/view/96>
DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-632>

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

São José dos Pinhais, 27 de agosto de 2020.



Prof. Dr. Edilson Antonio Catapan
Editor Chefe

ANEXO V – Carta de Aprobación artículo ALAS 2019



CARTA DE RESPUESTA DE RESUMEN DE PONENCIA

Lima, 11 de febrero 2019

MARIANA CARLOS DE ANDRADE LYRA

ASUNTO: Resumen de ponencia

De mi mayor consideración:

Aprovecho la oportunidad para saludarlo/a y comunicarle que su resumen de ponencia al **XXXII Congreso Internacional ALAS Perú 2019: Hacia un nuevo horizonte de sentido histórico de una civilización de vida**, ha sido **APROBADO** por los coordinadores de su Grupo de Trabajo.

La Presidencia y el Comité Organizador del Congreso Internacional ALAS PERU 2019 les da la bienvenida y los espera en Lima del 1 al 6 de diciembre. Las inscripciones se encuentran abiertas. Cómo inscribirse: https://registro.alasperu2019.pe/Static/Templates/in_paypal_plataforma.pdf

Felicitemos su participación en nuestro Congreso Internacional y expedimos la presente carta para los fines pertinentes.

Atentamente:



Dr. Jaime Rodolfo Ríos Burga
Presidente del XXXII Congreso Internacional ALAS Perú 2019
Vicepresidente ALAS

presidencia@alasperu2019.pe

ANEXO VI – Submissão de artigo à Revista Eletrônica de Educação

REVISTA ELETRÔNICA DE EDUCAÇÃO

REVEDUC

Revista Multilíngue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos

CECH UFES

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES NOTÍCIAS AHEAD OF PRINT LOCALIZAR AVALIADORES

ÉTICA DE PUBLICAÇÃO TEMPLATES

Capa > Usuário > Autor > Submissões Ativas

Submissões Ativas

ATIVO ARQUIVO

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
4729	08-14	ART	Lyra, Garcia	ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UM DIREITO SOCIAL	Aguardando designação

1 a 1 de 1 itens

Iniciar nova submissão
 CLIQUE AQUI para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

OPEN JOURNAL SYSTEMS

Ajuda do sistema

USUÁRIO
 Logado como: lyramariana

- Perfil
- Sair do sistema

AUTOR

Submissões

- Ativo (1)
- Arquivo (0)
- Nova submissão

IDIOMA

Selecione o idioma
 Português (Brasil) ▼

Submeter

CONTEÚDO DA REVISTA

(Print Screen da tela do sistema)

ANEXO VII – Submissão de artigo à Revista Educação em Questão

The screenshot shows the submission interface of the Open Journal System (OJS). The page title is "Acesso ao ensino superior e permanência estudantil na Bahia" by Mariana Carlos de Andrade Lyra and Rosineide Pereira Mubarak G... The submission status is "Submissão". The submission date is "15 de agosto de 2020". The submission file is "lyramariana, Template_UFRN_final.docx". The submission is categorized as "Texto do artigo". The page also includes a search bar, a "Baixar Todos os Arquivos" button, and a "Discussão da pre-avaliação" section with a table for comments.

Revista Educação em Questão Tarefas 0 Português (Brasil) Ver o Site lyramariana

OJS
OPEN JOURNAL SYSTEMS

Submissões

Biblioteca da Submissão Ver metadados

Acesso ao ensino superior e permanência estudantil na Bahia
Mariana Carlos de Andrade Lyra, Rosineide Pereira Mubarak G...

Submissão Avaliação Edição de Texto Editoração

Arquivos da Submissão Q Buscar

71633-1 lyramariana, Template_UFRN_final.docx 15 de agosto de 2020 Texto do artigo

Baixar Todos os Arquivos

Discussão da pre-avaliação Adicionar comentários

Nome	De	Última resposta	Respostas	Fechado
Nenhum item				

(Print Screen da tela do sistema)